



ABC DO CPS

ESCLARECENDO CONCEITOS SOBRE CONSUMO E PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL (CPS)



*Rumo a um plano de 10 anos
de Programas de Consumo e
Produção Sustentável*



Copyright © Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, 2012

É autorizada a reprodução total ou parcial desta publicação para fins educativos ou sem fins lucrativos, não sendo necessária permissão especial do titular dos direitos, com a condição de que a fonte seja sempre indicada. O PNUMA agradecerá o recebimento de um exemplar de qualquer texto em que a fonte do estudo tenha sido a presente publicação.

Não é autorizada a venda desta publicação ou seu uso comercial sem permissão prévia por escrito do PNUMA.

Advertência

As designações de entidades geográficas que estão neste informe e a apresentação de seu material não denotam, de modo algum, a opinião do editor ou das organizações contribuintes a respeito da situação jurídica do país, território ou zona, ou de suas autoridades, ou a respeito da delimitação de suas fronteiras ou limites. Ademais, a visão aqui expressada não representa necessariamente a decisão ou a política declarada do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, e as citações ou uso de nomes comerciais não constituem endosso.

O PNUMA promove práticas ambientalmente saudáveis globalmente e em suas próprias atividades. Esta publicação foi impressa em papel 100% reciclado, com tinta vegetal e práticas ecológicas. Nossa política de distribuição tem como objetivo reduzir a pegada de carbono do PNUMA.



ABC DO CPS

ESCLARECENDO CONCEITOS SOBRE CONSUMO E PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL

Rumo a um Plano de 10 anos de Programas de Consumo e Produção Sustentável



Agradecimentos

Supervisão e coordenação

Charles Arden-Clarke, Diretor, Unidade de Bens e Serviços, Divisão de CPS, PNUMA

Adriana Zacarias Farah, Gerente do Programa, Divisão de CPS, PNUMA

Apoio técnico

Lowri Angharad Rees, Consultoria, PNUMA

Maria Solis, Consultoria, PNUMA

Edição

Nicole Polsterer, Consultoria, PNUMA

Shabani Ely Katembo, Consultoria, PNUMA

Tradução do original em Inglês

Prime Productions

Contribuições

Gostaríamos de agradecer as pessoas a seguir pela valiosa contribuição:

Bjarne Pedersen (Consumers International), Pawel Kazmierczyk, Lars Mortensen, Almut Reichel (Agência Européia do Ambiente), Elizabeth Thomas-Raynaud (Global Footprint Network, Câmara Internacional de Comércio), Gunilla Blomquist, Andrea Innamorati, Ulf Jaeckel, Kaarin Taipale, Eveline Venanzoni (coordenadores da Força-tarefa de Marrakesh), Emmanuel Prinnet (One Earth Initiative), Magdalena Olczak-Rancitelli (Unidade de Políticas de Consumo da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico), Arnold Tukker (TNO), Michael Kuhndt (PNUMA/ Centro de Colaboração sobre Consumo e Produção Sustentável do Instituto Wuppertal), Cheryl Hicks (Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável), Chantal Line Carpentier (Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas) e Paineel Internacional para a Gestão Sustentável de Recursos.

E também os nossos colegas do Programa das Nações Unidas para o Meio-Ambiente: Amos Bien, Marina Bortoletti, Nis Christensen, Carlos Andres Enmanuel Ortiz, Kamala Ernest, Fatma Ben Fadhl, Arab Hoballah, Ruperto de Jesus, Jan Kappen, Cornis van der Lugt, Desta Mebratu, Solange Montillaud-Joyel, James Lomax, Donna McIntire, Fabienne Pierre, Liazzat Rabbiosi, Esther Reilink, Helena Rey, Luc Reuter, Janet Salem, Fulai Sheng, Ben Simmons, Soraya Smaoun, Guido Sonnemann, Steven Stone, Morgan Strecker, Niclas Svenningsen, Elisa Tonda, Sonia Valdivia, James Vener, Geneviève Verbrugge e Farid Yaker.

Concepção

100 Watt, França

Design, formatação e impressão

Steve Paveley Design

Introdução

Desde a ECO-92, Conferência das Nações Unidas sobre Meio-Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, houve um reconhecimento internacional de que a principal causa da deterioração contínua do meio-ambiente global são os padrões insustentáveis de consumo e produção. Na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (WSSD) em 2002, foi estabelecido o Plano de Implementação de Johannesburgo, que demanda ações para “incentivar e promover o desenvolvimento de um Plano de 10 anos de Programas que apoiem iniciativas regionais e nacionais para acelerar a mudança rumo ao consumo e à produção sustentável”. O objetivo seria “promover o desenvolvimento social e econômico dentro da capacidade disponível dos ecossistemas por meio da separação entre crescimento econômico e degradação ambiental”.

Esforços significativos foram feitos nas últimas décadas. Presenciou-se o aumento da conscientização, cooperação e ações de implementação de políticas e iniciativas referentes à produção e ao consumo sustentável (CPS). No entanto, sem mudanças fundamentais nas políticas públicas, bem como na forma como bens e serviços são produzidos e consumidos pelas empresas e pela sociedade civil, o mundo enfrentará crises globais interligadas.

Um pré-requisito fundamental para enfrentar os desafios de produção e consumo sustentável é que adotemos um entendimento comum sobre os conceitos, ferramentas, mecanismos e objetivos com os quais estamos lidando. Termos e conceitos tais como Avaliação do Ciclo de Vida, Economia Circular, Separação e Estilos de Vida Sustentáveis são muitas vezes usados em nossas discussões e trabalhos para a promoção do CPS. No entanto, é essencial esclarecer esses conceitos e comunicar com maior eficácia a nossa visão para um mundo melhor, envolvendo mais partes interessadas no desenvolvimento e na realização dessa visão.

Esta publicação, “ABC do CPS” tem como objetivo esclarecer os principais termos e conceitos relacionados à produção e ao consumo sustentável, bem como outros termos associados ao desenvolvimento sustentável e à Comissão do Desenvolvimento Sustentável (CDS). O principal objetivo é facilitar o diálogo e a cooperação no que diz respeito ao CPS entre todas as partes envolvidas. Este “ABC do CPS” não pretende apresentar definições acordadas globalmente, mas oferecer, na maioria dos casos, definições operativas cuja evolução pode ser contínua.

O CPS foi uma das principais áreas de enfoque das sessões XVIII e XIX da CDS, durante a qual foi desenvolvida uma proposta para o Plano de 10 anos de Programas de Consumo e Produção Sustentável. Esperamos que o “ABC do CPS” possa facilitar as discussões da CDS e a preparação da conferência “Rio+20”, bem como o seu próprio trabalho.



Sylvie Lemmet
Diretora – Divisão de Tecnologia, Indústria e Economia do PNUMA

Índice

O que é Consumo e Produção Sustentável?	12
Abordagem com base em funções.....	14
Abordagem holística (em relação ao CPS).....	14
Abordagem preventiva	14
Abordagem/Perspectiva do Ciclo de Vida.....	14
Agenda 21.....	14
Agricultura sustentável.....	14
Análise de Ciclo de Vida	15
Análise do fluxo de materiais (AFM).....	15
Avaliação de Ecossistemas do Milênio.....	15
Avaliação do Ciclo de Vida (ACV).....	15
Benchmarking	16
Bens Públicos	16
Bens/ Produtos	16
Berço a berço	16
Cadeia de fornecimento sustentável/fornecimento sustentável	17
Capacidade disponível de Ecossistemas	17
Capacitação	17
Centros Nacionais de Produção Mais Limpa (CNPML)	17
Cidades sustentáveis.....	17
CO ² Equivalente	18
Comércio de emissões (CE).....	18
Comércio ético	18
Comércio justo	18
Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CDS).....	19
Compacto Global da ONU.....	19
Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável 2012 (CNUDS) ou Rio+20	19
Conscientização/Educação Ambiental.....	20
Consumidores	20
Consumismo conspícuo	20
Consumo	20
Crescimento verde	20

Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (WSSD)	21
Declarações Ecológicas/Ambientais e Declarações Ambientais Enganosas	21
Desenvolvimento sustentável.....	22
Desenvolvimento Urbano Sustentável.....	22
Design ambiental	22
Design para a sustentabilidade /estratégia de design	22
Desmaterialização	22
Ecologia industrial.....	23
Economia Circular	23
Economia Sustentável	23
Economias/Sociedades de Baixo Carbono.....	23
Edição de opções/Influência de opções	23
Edifício verde.....	24
Edifícios e Construções Sustentáveis	24
Edifícios energeticamente eficientes (com zero líquido de energia)	24
Educação para o consumo sustentável	24
Educação para o desenvolvimento sustentável.....	24
Efeito Bumerangue	25
Eficiência ambiental	25
Eficiência em recursos.....	25
Eficiência energética	25
Empregos ecológicos/Trabalhos Decentes	26
Energia Não Renovável.....	26
Energia Renovável.....	27
Enverdecer	27
Equilíbrio de gêneros/priorização	27
Estilos de vida sustentáveis	27
Externalidades.....	28
Fator 10/Fator 4	28
Fim do ciclo de vida	28
Forças-tarefa (processo de Marrakesh).....	28
Gestão dademanda	28
Gestão do Ciclo de Vida (GCV).....	28
Grupos principais	29
Indicador de desenvolvimento sustentável.....	29
Indicador de Progresso Genuíno (IPG).....	29

Indicadores de PCS.....	30
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	30
Índice Planeta Vivo	30
Informações ao consumidor	31
Iniciativa da Economia Verde	31
Iniciativa de Relatório Global	32
Instrumentos econômicos	32
Internalização dos Custos Ambientais e Sociais	32
Investimento ético/investimento socialmente responsável (ISR).....	33
Leapfrogging/ incremento/ aprimoramento/ salto /alavancagem /Alavancagem.....	33
Licitações Sustentáveis/Licitações Verdes	33
Limites ao Crescimento	34
Limites planetários.....	34
Lixo eletrônico/ Lixo tecnológico/ Lixo eletro-eletrônico	34
Marketing ecológico ou marketing sustentável.....	35
Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).....	35
Melhores práticas de gestão	35
Melhores tecnologias disponíveis.....	35
Melhorias contínuas (no contexto do CPS)	35
Mitigação/erradicação da pobreza.....	36
Nosso Futuro Comum	36
Novo Acordo Verde Global	36
Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)	37
Padrões de produtos.....	38
Painel Internacional de Recursos	38
Parcerias pelo desenvolvimento sustentável	38
Pegada de água.....	39
Pegada de carbono.....	39
Pegada ecológica	39
Plano de 10 anos de programas (10YFP) sobre SCP.....	39
Plano de Implementação de Johannesburgo (PIJ)	39
Políticas Integradas de Produtos	40
Preferências do consumidor	40
Princípio do “Poluidor-Pagador” (PPP).....	40
Processo de Marrakesh.....	40
Produção	41

Produção e Consumo Sustentáveis	42
Produção Mais Limpa.....	42
Produtores	42
Produtos	42
Produtos sustentáveis	42
Programa Nacional de CPS.....	42
Proteção ao consumidor	43
Recursos	44
Reduzir – Reutilizar – Reciclar (os 3 Rs)	44
Reforma fiscal ambiental.....	44
Registro de emissão e transferência de poluentes (RETP).....	44
Resíduos	45
Responsabilidade comum, mas diferenciada.....	46
Responsabilidade estendida do fabricante.....	46
Responsabilidade Social	46
Responsabilidade Social e Ambiental da Empresa (RSAE).....	46
Reuniões Regionais de Implementação (RRI).....	47
Rotulagem e certificação ambientais.....	47
Separando Crescimento Econômico de Degradação Ambiental	47
Serviços	48
Serviços ecossistêmicos	48
Simplicidade voluntária	48
Sistema de gestão ambiental (SGA).....	48
Subprodutos	49
Suficiência	49
Tecnologias de Baixo Carbono	49
Tecnologias ecologicamente sólidas	49
Transferência de tecnologia	49
Transporte/mobilidade sustentável.....	50
Três pilares	50
Turismo sustentável.....	50
Vajeristas	51

O que é Consumo e Produção Sustentável?

Na Conferência das Nações Unidas sobre Meio-Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92) realizada no Rio de Janeiro em 1992, o Consumo e Produção Sustentável (CPS) foi reconhecido como o tema prevalente que conecta os desafios ambientais e de desenvolvimento. O relatório final da conferência, *Agenda 21*, declara que a principal causa da deterioração contínua do ambiente global são padrões insustentáveis de consumo e produção. O debate continuou em 1994 no Simpósio de Oslo sobre Consumo Sustentável, que analisou o papel das partes envolvidas e nos ofereceu aquilo que hoje é a definição operativa de CPS.

Definição operativa de CPS

“O uso de serviços e produtos relacionados que respondem às necessidades básicas e trazem uma melhor qualidade de vida ao mesmo tempo que minimizam o uso de recursos naturais e materiais tóxicos, bem como as emissões de resíduos e poluentes ao longo do ciclo de vida do serviço ou do produto, de forma a não comprometer as necessidades das futuras gerações”.

Ministro do Meio-Ambiente da Noruega, Simpósio de Oslo, 1994.

Dez anos após a ECO-92 os líderes mundiais assinaram o Plano de Implementação de Johannesburgo (PIJ) na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (WSSD). O Capítulo 3 do Plano foi dedicado às “mudanças nos padrões insustentáveis de consumo e produção ” e declarou que “mudanças

fundamentais na forma como as sociedades produzem e consomem são indispensáveis para que alcancemos um desenvolvimento global sustentável. Todos os países devem promover padrões de consumo e produção sustentáveis”. Defendeu-se também a criação de um Plano de 10 anos de Programas (10 YFP) para acelerar a mudança rumo ao consumo e à produção sustentável com vistas a promover o desenvolvimento social e econômico dentro da capacidade disponível dos ecossistemas, por meio da separação entre crescimento econômico e degradação ambiental. O Processo de Marrakesh responde a este chamado do PIJ por meio do apoio à implementação de programas, projetos e políticas de CPS, bem como ajudando no desenvolvimento do 10 YFP.

O consumo e a produção sustentável trata da promoção da eficiência energética e de recurso, bem como de uma infra-estrutura sustentável, do acesso a serviços básicos, empregos verdes e decentes e de uma melhor qualidade de vida para todos. A implementação do CPS como abordagem integrada ajuda a alcançar os planos gerais de desenvolvimento, reduzir os custos econômicos, ambientais e sociais futuros, fortalecer a competitividade econômica e reduzir a pobreza.

Uma das principais metas do CPS é separar crescimento econômico e degradação ambiental por meio do aumento da eficiência do uso de recursos na produção, distribuição e uso de produtos, com o intuito de manter a intensidade de utilização de material e energia, e geração de poluentes de todas as funções de produção e consumo dentro das capacidades disponíveis dos ecossistemas naturais.

O CPS requer o uso do “conceito do ciclo de vida” para aumentar a gestão sustentável dos recursos e alcançar eficiência em termos de recursos, tanto na fase de produção quanto na fase de consumo. Com essa abordagem de ciclo de vida, as metas e ações de CPS tornam-se alavancas poderosas para acelerar a transição para uma economia eco-eficiente e para transformar os desafios ambientais e sociais em oportunidades de negócios e empregos, enquanto separa crescimento econômico e degradação ambiental e previne o efeito bumerangue.

O objetivo do CPS é “fazer mais e melhor com menos”, aumentando os ganhos líquidos em termos de bem-estar social provenientes das atividades econômicas, reduzindo o uso de recursos, a degradação e a poluição ao longo de todo o ciclo de vida, ao mesmo tempo em que aumenta a qualidade de vida.

Esta mudança rumo ao CPS reúne as diferentes partes envolvidas, incluindo empresas, consumidores, decisores políticos, pesquisadores, cientistas, vendedores, canais de imprensa e agências de cooperação ao desenvolvimento, entre outros. Portanto, necessita uma abordagem sistemática e cooperação entre os atores que operam na cadeia de abastecimento, desde o produtor até o consumidor final.

O CPS pode contribuir para a erradicação da pobreza e para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da ONU. Para os países em desenvolvimento, o CPS oferece várias oportunidades, tais como a criação de novos mercados, empregos verdes e decentes (por exemplo, mercados de alimentos orgânicos, comércio justo, energia renovável, habitação, transporte e turismo sustentáveis, bem como uma gestão mais eficiente dos recursos naturais para a geração de bem-estar social. É também uma oportunidade para alavancar o uso de tecnologias mais eficientes em termos de recursos, mais ambientalmente eficazes e mais competitivas.

Definições

Abordagem com base em funções

As necessidades humanas devem ser satisfeitas por bens e serviços que visam funções específicas, tais como nutrição, abrigo e mobilidade, e que são oferecidas por meio de sistemas de consumo e produção otimizados que não ultrapassam as capacidades disponíveis do ecossistema. Esta é a descrição da meta de um grupo emergente de esforços, que podem ser descritos como: abordagem com base em funções.

A abordagem com base em funções usa o conceito de ciclo de vida e visa satisfazer as necessidades e funções de uma forma diferente, não apenas por meio do consumo material.¹

Abordagem holística (em relação ao CPS)

O Consumo e Produção Sustentáveis (CPS) é um conceito visto como uma abordagem holística, pois integra aspectos econômicos, sociais e ambientais (Base Tripla), assim como inovações tecnológicas e comportamentais, ao longo de todo o ciclo de vida. O CPS engloba diversas disciplinas e cobre todos os recursos naturais (ou seja, energia, água, ar, solo e todos os poluentes e emissões lançados no ecossistema), assim como todos os setores industriais e domínios de consumo.²

Abordagem preventiva

Nos casos em que há o risco de danos sérios ou irreversíveis, a falta de certeza científica não deve ser usada como razão para adiar a implementação de medidas financeiramente eficazes para prevenir a degradação ambiental.³

Abordagem/ Perspectiva do Ciclo de Vida

A abordagem do ciclo de vida reflete a incorporação da ideia de ciclo de vida nos processos de tomada de decisão ou de desenvolvimento.⁴

Agenda 21

A Agenda 21 é um plano de ação abrangente que deve ser colocado em prática global, nacional e localmente pelas organizações do sistema das Nações Unidas, pelos governos e pelos Principais Grupos em cada área na qual a humanidade causa impacto sobre o meio-ambiente. Foi adotada por mais de 178 governos na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) realizada no Rio de Janeiro, em junho de 1992.⁵

Agricultura sustentável

A agricultura sustentável garante que as exigências nutricionais básicas das gerações do presente e do futuro sejam satisfeitas, oferecendo ao mesmo tempo uma série de benefícios sociais e ambientais. Proporciona empregos estáveis, rendas suficientes e condições de vida e trabalho decentes para todas as pessoas envolvidas na produção agrícola.

Mantém e sempre que possível fortalece a capacidade produtiva da base de recursos naturais como um todo e a capacidade regenerativa dos recursos naturais, sem interromper o funcionamento dos ciclos ecológicos básicos e dos equilíbrios naturais, sem destruir os atributos sócio-culturais das comunidades rurais e sem contaminar o meio-ambiente.⁶

Análise de Ciclo de Vida

A análise do ciclo de vida expande o foco tradicional da fábrica edosprocessos de manufatura e incorpora vários aspectos acerca de de todo o ciclo de vida de um produto, do berço ao berço (ou seja, desde a extração dos recursos, passando pela manufatura e uso do produto, até o processamento final do produto eliminado).⁷

Análise do fluxo de materiais (AFM)

Para funcionar, a economia global depende de um fluxo de materiais que são extraídos da terra, processados por meio dos processos de produção e consumo para satisfazerem as necessidades humanas, para serem, então, eliminados como lixo gerado pelos processos de extração, produção e consumo. Os materiais mais importantes extraídos para o uso são biomassa, combustíveis fósseis, minérios, minerais industriais e minerais de uso na construção. Os fluxos desses materiais, que são chamados de índices metabólicos, são medidos em tonelada per capita ou por unidade de PIB (toneladas/\$1 bilhão de PIB). A Análise do Fluxo de Materiais (AFM) é a metodologia ou a estrutura de contabilidade que surgiu para calcular esses fluxos de materiais. A vantagem da AFM é tornar possível a quantificação dos fluxos de materiais provenientes dos recursos, ou seja, as quantidades totais extraídas, as quantidades totais usadas e as quantidades totais extraídas, mas não usadas.⁸

Avaliação de Ecossistemas do Milênio

A Avaliação de Ecossistemas do Milênio (AEM) foi requisitada em 2000 pelo então Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan.

O seu objetivo era avaliar as consequências das mudanças ecossistêmicas no bem-estar humano, bem como proporcionar uma base científica para a implementação de ações para preservar os ecossistemas e usá-los de forma sustentável. De 2001 a 2005, a AEM envolveu o trabalho de mais de 1.360 especialistas em todo o mundo. As suas descobertas, contidas em cinco volumes técnicos e seis relatórios resumidos, oferecem um estado-da-arte científico atualizado das condições e das tendências dos ecossistemas mundiais e dos bens que oferecem (tais como água limpa, alimentos, produtos florestais, controle de enchentes e recursos naturais) e as opções para restaurar, conservar ou melhorar o uso sustentável desses ecossistemas.⁹

Avaliação do Ciclo de Vida (ACV)

A Avaliação do Ciclo de Vida (ACV) é uma ferramenta para avaliar o desempenho ambiental e social dos produtos ou serviços ao longo do

seu ciclo de vida. Em uma Avaliação Ambiental do Ciclo de Vida (AACV), a extração e o consumo de recursos (incluindo energia) e os lançamentos no ar, água e solo são quantificados em todos os estágios do ciclo de vida. A sua contribuição potencial em relação a importantes categorias de impacto ambiental é então avaliada. Estas incluem mudanças climáticas, toxicidade, danos ao ecossistema e deterioração da base de recursos.

A Avaliação Social do Ciclo de Vida (ASCV) é uma técnica de avaliação do impacto social que tem como objetivo analisar os aspectos sociais e socioeconômicos dos produtos e os seus impactos positivos e negativos (impactos reais e potenciais) ao longo do ciclo de vida, incluindo a extração e o processamento de matérias-primas, manufatura, distribuição, utilização, reutilização, manutenção, reciclagem e eliminação final.¹⁰

Benchmarking

Processo pelo qual uma empresa ou organização compara os seus produtos e métodos com aqueles mais bem sucedidos da sua área, para poder julgar o seu próprio desempenho ou o das outras empresas do mesmo ramo.¹¹

Bens Públicos

Bens públicos são bens, serviços ou recursos que estão disponíveis para todos, sem rivalidade (ou seja, o consumo desse bem por um indivíduo não impede o consumo por outro indivíduo) e de forma não excludente (ou seja, ninguém pode ser excluído de consumir esse bem). Exemplos incluem a qualidade do ar e o controle de doenças epidêmicas.

Se ambas as condições forem integralmente satisfeitas, os bens públicos são considerados puros. Se apenas uma das condições for satisfeita, são considerados impuros:

O princípio de não rivalidade pode não acontecer quando o consumo atinge um estágio de saturação (por exemplo, rodovias urbanas no horário de pico);

O princípio de não exclusão pode ser violado pela imposição de um direito de acesso (por exemplo, pedágios em rodovias).¹²

Bens/ Produtos

Mercadoria ou item físico tangível que satisfaz alguma necessidade ou desejo humano. Os bens são objetos tangíveis, como pão ou livros, enquanto serviços são intangíveis, como a transmissão televisiva ou o ensino.¹³

Berço a berço

O princípio de berço a berço (“cradle to cradle”) promove a ideia de que os produtos podem ser desenvolvidos desde o princípio de uma maneira na qual, após o fim da sua vida útil, possam oferecer sustento para algo novo. Isto pode acontecer na forma de um nutriente

biológico que facilmente possa ser inserido novamente na água ou no solo sem o depósito de materiais sintéticos ou toxinas ou como nutrientes técnicos que irão circular continuamente como materiais puros e valiosos dentro de um ciclo industrial fechado e repetitivo.¹⁴

Cadeia de fornecimento sustentável/ fornecimento sustentável

Fornecimento sustentável é o compromisso voluntário que as empresas assumem de levar em consideração os aspectos sociais e ambientais nas relações com os seus fornecedores. Essa estratégia é atualmente uma parte integral da gestão eficaz da cadeia de fornecimento. Com a expansão das cadeias de produção, empresas de todos os tamanhos e setores estão esforçando-se cada vez mais para gerir os riscos da cadeia de fornecimento e para construir relações duradouras com os seus fornecedores. A melhoria do desempenho social e ambiental nas cadeias de fornecimento está se tornando um aspecto fundamental desse processo.¹⁵

Capacidade disponível de Ecossistemas

Capacidade de um ecossistema de sustentar organismos saudáveis sem deixar de manter a sua produtividade, adaptabilidade e capacidade de renovação. A capacidade disponível é um conceito quantitativo: fatores chave para as populações humanas incluindo números e densidade, afluência e tecnologia. A grande preocupação centra-se nas taxas de esgotamento de recursos renováveis e não-renováveis e na acumulação de resíduos perigosos no meio-ambiente.¹⁶

Capacitação

Meios pelos quais habilidades, experiências e capacidades técnicas e de gestão são desenvolvidas dentro de uma estrutura organizacional. Isto se dá muitas vezes por meio da provisão de assistência técnica, treinamento a longo ou curto prazo e contribuições de especialistas. O processo pode envolver o desenvolvimento de recursos humanos, materiais ou financeiros.¹⁷

Centros Nacionais de Produção Mais Limpa (CNPML)

Os CNPMLs são instituições de serviços que proporcionam Eficiência no uso de Recursos e Produção mais Limpa (ERPML) e outros serviços relacionados, dentro da estrutura do programa ERPML, uma parceria entre a UNIDO e o PNUMA. As áreas de serviço incluem: conscientização e disseminação de informações, treinamento profissional, assistência técnica/avaliações nas fábricas, aconselhamento político e transferência de tecnologias ambientais de excelência. Há também centros subnacionais e regionais. Atualmente existem mais de 40 CNPMLs.¹⁸

Cidades sustentáveis

As cidades sustentáveis permitem que os seus residentes satisfaçam as suas próprias necessidades sem degradar a natureza ou a vida de outras pessoas, no presente e no futuro. Uma cidade sustentável exige um uso da terra compacto e eficiente; uso menor de automóveis, mas com um melhor acesso; uso eficiente de recursos, menos poluição e

lixo; restauração dos sistemas naturais; bons ambientes de habitação e convivência; uma ecologia social saudável; uma economia sustentável; participação e envolvimento da comunidade e preservação da cultura e das sabedorias locais.¹⁹

CO² Equivalente

Concentração de CO² que causaria a mesma capacidade irradiativa que determinada mistura de CO² e outros gases do efeito estufa. O dióxido de carbono (CO² eq) equivalente fornece um padrão universal de medição para a avaliação dos impactos de liberação (ou não liberação) de diferentes gases do efeito estufa.²⁰

Comércio de emissões (CE)

Abordagem baseada no mercado para alcançar metas ambientais que permitem que aqueles que estão reduzindo as suas emissões de gases de efeito estufa abaixo dos níveis estabelecidos usem ou comercializem este excedente de reduções para compensar as emissões de outras fontes dentro ou fora do país. Em geral, a comercialização pode ocorrer nos níveis intra-empresarial, doméstico e internacional.²¹

Comércio ético

Comércio ético significa que os comerciantes, as marcas e os seus fornecedores assumem a responsabilidade de melhorar as condições de trabalho das pessoas que fazem os produtos que vendem.

As empresas que têm um compromisso com o comércio ético adotam um código de práticas de trabalho que estabelece que todos os seus fornecedores devem trabalhar segundo este. Tais códigos lidam com questões como salários, horas de trabalho, saúde, segurança e o direito de participar de sindicatos.²²

Comércio justo

O conceito de comércio justo aplica-se às operações de comércio que fortalecem a posição econômica de produtores e agricultores de pequeno porte para garantir que não sejam marginalizados na economia global. Refere-se principalmente aos países em desenvolvimento e cobre dois aspectos principais:

- Assegurar que os produtores, incluindo os seus funcionários, recebem uma participação do lucro total, proporcional à sua contribuição;
- Melhorar as condições sociais, particularmente dos funcionários que vivenciam a falta de estrutura estabelecida para a prestação de serviços sociais e representação de trabalhadores (por exemplo, a representação por sindicatos). Este conceito tem em mente um desenvolvimento a longo prazo. A participação em iniciativas de comércio justo é voluntária tanto para vendedores quanto para consumidores.²³

Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CDS)

A Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (CDS) foi fundada pela Assembleia Geral da ONU em dezembro de 1992 para assegurar um prosseguimento eficaz da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), também conhecida como Cúpula da Terra.

A Comissão é responsável pela revisão dos progressos na implementação da Agenda 21 e da Declaração da ECO-92 sobre Meio-Ambiente e Desenvolvimento, bem como pela provisão de orientações em termos de políticas para que o Plano de Implementação de Johannesburgo (PIJ) seja seguido no nível local, nacional, regional e internacional. O PIJ reafirmou que a CDS é o principal fórum para o desenvolvimento sustentável dentro do sistema das Nações Unidas.

A CDS reúne-se anualmente em Nova York, em ciclos bianuais, sendo que cada ciclo enfatiza grupos de questões temáticas específicas que abrangem diversos setores e são definidas no programa de trabalho plurianual (2003-2017) (E/CN.17/2003/6).²⁴

Compacto Global da ONU

O Compacto Global da ONU foi lançado em 2000 como uma iniciativa voluntária para a comunidade de negócios ajudar a promover o desenvolvimento sustentável através do poder da ação coletiva. O Compacto Global visa promover uma cidadania corporativa responsável para que os negócios possam ser parte da solução dos desafios apresentados pela globalização.

Hoje em dia, centenas de empresas de todas as regiões do mundo, bem como a Organização Internacional do Trabalho e organizações da sociedade civil, estão envolvidas no Compacto Global. Essas organizações estão trabalhando para promover dez princípios universais nas áreas de direitos humanos, padrões de trabalho, meio-ambiente e anticorrupção e para catalisar ações que apoiem as metas mais abrangentes da ONU, incluindo os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.²⁵

Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável 2012 (CNUDS) ou Rio+20

Em 24 de dezembro de 2009, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou uma resolução que decidiu realizar uma Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS ou Rio+20) em 2012 no Rio de Janeiro.

Vinte anos após a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro em 1992, o objetivo da Rio+20 é assegurar a renovação do compromisso político pelo desenvolvimento sustentável, com o intuito de avaliar os progressos feitos até agora e as lacunas remanescentes na implementação das resoluções das

principais reuniões sobre desenvolvimento sustentável e lidar com os novos e emergentes desafios.

O enfoque da conferência irá incluir os seguintes temas: a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza e os planos institucionais para o desenvolvimento sustentável. A conferência resultará em um documento político específico.²⁶

**Conscientização/
Educação
Ambiental**

A conscientização ou educação ambiental é um componente central da educação para o desenvolvimento sustentável e considera o meio-ambiente como o seu ponto de entrada. A função do treinamento e da educação ambiental é transferir conhecimento, valores, comportamentos e habilidades para permitir que as pessoas, individual e coletivamente, entendam melhor e interajam positivamente não só com o seu meio-ambiente natural, mas também com o seu ambiente social, econômico e cultural.²⁷

Consumidores

Pessoas que comprem no dia-a-dia bens ou serviços no varejo ou o usuário final da cadeia de distribuição de um bem ou serviço.²⁸

**Consumismo
conspícuo**

Gastos extravagantes em bens e serviços adquiridos fundamentalmente para o fim de demonstrar renda ou riqueza e manter o status social.²⁹

Consumo

Gastos feitos durante um determinado período com bens e serviços usados para satisfazer as necessidades e desejos ou processo no qual uma substância ou coisa é completamente destruída e/ou incorporada ou transformada em outra coisa.³⁰

Crescimento verde

O crescimento verde é o progresso econômico ambientalmente sustentável que promove um desenvolvimento com baixas emissões de carbono e socialmente inclusivo. O crescimento verde articula pontos de entrada e abordagens políticas concisas e claras para obter ganhos reais em termos de eco-eficiência e para adotar práticas de baixo carbono, promovendo a sinergia entre ação climática e metas de desenvolvimento.

Em março de 2005, na 5a Conferência Ministerial sobre Meio-Ambiente e Desenvolvimento (MCED) na Ásia e no Pacífico, realizada em Seul, República da Coreia, cerca de 340 participantes, incluindo representantes de 52 países membros e associados da Comissão Econômica e Social para Ásia e Pacífico (ESCAP) adotaram o Crescimento Verde como foco e estratégia política para promover abordagens benéficas para todos, para desta forma conciliar o conflito entre a conquista de dois importantes Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: o ODM 1 (redução da pobreza) e o ODM 7 (sustentabilidade ambiental). O Crescimento Verde é composto dos seguintes “caminhos” mutuamente fortalecedores,

ou pontos de entrada, nos quais os responsáveis das políticas podem concentrar as suas intervenções: Consumo e produção sustentável, Negócios e mercados mais verdes, Infra-estrutura sustentável, Reformas fiscal e orçamentária ecológicas, Investimento em Capital Natural e Indicadores de ecoeficiência.³¹

**Cúpula
Mundial sobre
Desenvolvimento
Sustentável
(WSSD)**

A Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (WSSD), também conhecida como a Cúpula de Johannesburgo ou Rio+10 aconteceu na África do Sul em 2002. Na Cúpula da Terra em 1992 no Rio de Janeiro, a comunidade internacional adotou os compromissos da Agenda 21, um plano de ação global sem precedentes para o desenvolvimento sustentável. Dez anos depois, a Cúpula de Johannesburgo trouxe a oportunidade para os líderes mundiais de adotarem medidas concretas e identificarem metas quantificáveis para implementar a Agenda 21 com maior eficácia. A Cúpula reuniu dezenas de milhares de participantes, incluindo chefes de estado e governos, representantes e líderes nacionais de todos os Grupos Principais para concentrarem a sua atenção e ação direta na solução de desafios difíceis, incluindo a melhoria da vida das pessoas e a preservação dos nossos recursos naturais em um mundo cuja população não para de crescer e cuja demanda por alimentos, água, abrigo, saneamento, energia, serviços de saúde e segurança econômica é cada vez maior.³²

**Declarações
Ecológicas/
Ambientais e
Declarações
Ambientais
Enganosas**

Declarações ecológicas/ambientais são afirmações feitas pelas empresas sobre as qualidades ou características ambientalmente benéficas dos seus produtos. Além das qualidades ambientais, tais informações normalmente contêm a maneira socialmente responsável ou ética na qual os produtos são produzidos e distribuídos.

Podem fazer referência aos processos de produção, embalagem ou distribuição dos produtos, bem como ao seu uso, consumo ou eliminação (por exemplo, reciclagem, florestas sustentáveis, pesca sustentável, produto orgânico, pegada de carbono). Essas declarações podem aparecer no produto, na sua embalagem, na documentação relacionada ou no material de publicidade, assim como nos materiais promocionais e nos pontos de vendas. Essas declarações são normalmente na forma de texto escrito, símbolos ou gráficos, mas também podem incluir a transmissão por meio de mídia digital e eletrônica, tal como televisão, rádio ou Internet.

Declarações ambientais enganosas são informações falsas ou desonestas sobre as qualidades ou características ambientais de bens ou serviços que enganam os consumidores para que façam decisões de compra que não seriam feitas de outra forma, resultando em uma perda de bem-estar econômico.³³

Desenvolvimento sustentável

Desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atenderem às suas próprias necessidades. O desenvolvimento sustentável inclui a sustentabilidade econômica, ambiental e social, que são pilares independentes e mutuamente fortalecedores e podem ser alcançados através da gestão racional do capital físico, natural e humano. A erradicação da pobreza, a mudança dos padrões de consumo e produção insustentáveis e a proteção e gestão da base de recursos naturais para o desenvolvimento econômico e social são os objetivos abrangentes e os requisitos fundamentais do desenvolvimento sustentável.³⁴

Desenvolvimento Urbano Sustentável

Desenvolvimento urbano sustentável significa a manutenção, adaptação, renovação e desenvolvimento contínuos das construções, ambiente natural e infra-estrutura de uma cidade, bem como da sua base econômica, de forma a permitir que a cidade proporcione um ambiente humano satisfatório exigindo o mínimo dos recursos e causando um impacto negativo mínimo no ambiente natural.³⁵

Design ambiental

O design ambiental tem como objetivo reduzir o impacto ambiental dos produtos (incluindo o consumo de energia) ao longo de todo o seu ciclo de vida.³⁶

Design para a sustentabilidade /estratégia de design

O design para a sustentabilidade leva o design ecológico mais além para incluir a dimensão social de sustentabilidade no processo de design. Também engloba a questão mais abrangente de como satisfazer com maior eficácia as necessidades (funcionalidades) com o mínimo de impactos ambientais e sociais, ao invés de enfatizar a melhoria dos produtos existentes.³⁷

Desmaterialização

A desmaterialização é muitas vezes mencionada como uma estratégia ou como um indicador nos planos de desenvolvimento sustentável.

A desmaterialização pode ser definida como a redução da utilização de materiais pelas sociedades humanas. O grau de desmaterialização pode ser medido em diferentes escalas geográficas, tais como nações, regiões ou cidades, mas também em diferentes setores da indústria, residências ou determinados produtos. Podemos distinguir desmaterialização *absoluta* (ou forte) e desmaterialização *relativa* (ou fraca). Quando a quantidade total de materiais consumidos em uma sociedade está diminuindo isto é chamado de *desmaterialização absoluta*.

Quando a quantidade total de materiais está diminuindo por unidade de PIB ou renda per capital o termo usado é *desmaterialização relativa*.³⁸

Ecologia industrial Ecologia industrial é uma ciência que investiga a mudança de processos industriais tradicionais produtores de resíduos para sistemas em circuitos fechados, onde estes resíduos são transformados em entrada/insumos para novos processos. A Ecologia Industrial pesquisa formas mais eficazes de usar os recursos internos ou o agrupamento com outros processos industriais. Estuda formas de reorganizar os processos de fabricação e relações empresariais para usar menos energia, rejeitar menos resíduos e usar catalisadores e enzimas não poluentes ao invés de processos químicos mais tradicionais. A Ecologia Industrial engloba a rede de todos os processos industriais, pois estes interagem e se alimentam uns dos outros, não apenas no sentido econômico, mas também no sentido do uso direto de material e dos resíduos energéticos de cada um. Reconhece que há um constante fluxo de energia e reciclagem de massa. Em realidade, resíduo não existe: o subproduto de uma indústria torna-se a matéria-prima de outra. A premissa da Ecologia Industrial é que a economia industrial deve, sempre que possível, imitar o ciclo de vida dos materiais e energia como ocorre no ecossistema natural.³⁹

Economia Circular Economia Circular é uma economia que equilibra o desenvolvimento econômico com a preservação de recursos. Enfatiza a proteção do meio ambiente, bem como o uso mais eficiente possível dos recursos e sua reciclagem. Uma Economia Circular apresenta um baixo consumo de energia, uma baixa emissão de poluentes e uma alta eficiência. Envolve a aplicação de métodos de Produção Mais Limpa em empresas, o desenvolvimento de eco-parques industriais e um planejamento integrado com base em recursos para o desenvolvimento da indústria, agricultura e áreas urbanas. A Economia Circular foi adotada pelo governo chinês no último plano de cinco anos (2001-2005), como o modelo de desenvolvimento a ser seguido pela China.⁴⁰

Economia Sustentável Economia sustentável é aquela na qual os recursos não são usados mais rapidamente do que a capacidade da natureza de renová-los. Também cria um ambiente propício para os negócios que equilibra a vitalidade ambiental, social e econômica.⁴¹

Economias/ Sociedades de Baixo Carbono Uma economia de baixo carbono é definida como um novo sistema econômico, tecnológico e social de produção e consumo para economizar energia e reduzir as emissões de gases do efeito estufa, em comparação ao sistema econômico tradicional, ao mesmo tempo em que mantém a força do desenvolvimento econômico e social.⁴²

Edição de opções/ Influência de opções Edição de opções é o termo usado para descrever os casos em que os governos e/ou empresas influenciam as opções feitas pelos consumidores. Por exemplo, a decisão do governo de retirar de circulação todas as lâmpadas não eficientes em termos de energia

impede que os consumidores escolham a opção de comprar lâmpadas que não são eficientes em termos de energia.⁴³

Edifício verde

Um prédio verde enfatiza os aspectos ecológicos, ou seja, é concebido tendo em mente a eficiência em termos de energia e água e minimizando qualquer impacto adverso do prédio sobre os seus habitantes ou sobre o meio ambiente.⁴⁴

Edifícios e Construções Sustentáveis

O conceito de “edifícios e construções sustentáveis” refere-se ao desenvolvimento sustentável de prédios ao longo de todo o seu ciclo de vida, incluindo design, materiais, produção, transporte, construção, uso e manutenção, reforma, desconstrução e reciclagem. O conceito busca otimizar o desempenho e reduzir os impactos negativos referentes ao uso de materiais, energia, água e solo, bem como à qualidade do ar interior e conforto, geração, águas residuais e emissões, incluindo os gases do efeito estufa, partículas e outros poluentes. O conceito aplica-se a prédios novos e existentes, independentemente da sua localização.⁴⁵

Edifícios energeticamente eficientes (com zero líquido de energia)

A eficiência energética é um requisito fundamental de um edifício sustentável. A meta é construir prédios com zero líquido de energia (*net-zero-energy*) onde, como resultado do alto nível de eficiência energética do prédio, o consumo primário geral anual do prédio é igual ou menor do que a produção de energia a partir de fontes de energia renovável no próprio local.⁴⁶

Educação para o consumo sustentável

A educação para o consumo sustentável (ECS) visa proporcionar conhecimento, valores e habilidades que permitam que os indivíduos e grupos sociais se tornem atores de mudanças em direção a comportamentos de consumo mais sustentáveis. O objetivo é garantir que as necessidades básicas da comunidade global sejam satisfeitas, que haja uma melhoria da qualidade de vida de todos e que o uso ineficiente dos recursos e a degradação ambiental sejam evitados. Portanto, a ECS oferece aos cidadãos as informações e o conhecimento adequados sobre os impactos ambientais e sociais das suas escolhas diárias, bem como proporciona soluções e alternativas operacionais. A ECS integra os direitos e liberdades fundamentais, incluindo os direitos dos consumidores e visa proteger e fortalecer os consumidores para que possam participar do debate público e da economia de uma forma esclarecida, confiante e ética.⁴⁷

Educação para o desenvolvimento sustentável

A educação para o desenvolvimento sustentável (EDS) visa ajudar as pessoas a desenvolverem as atitudes, as habilidades e o conhecimento necessários para tomar decisões esclarecidas para o seu benefício pessoal e de outros, agora e no futuro, bem como para agirem conforme essas decisões.

A EDS apoia cinco tipos fundamentais de aprendizagem para proporcionar uma educação de qualidade e para promover um desenvolvimento humano sustentável: aprender a conhecer, aprender a ser, aprender a conviver, aprender a fazer e aprender a transformar a si mesmo e a sociedade.

A EDS inclui todos os níveis de educação e todos os contextos sociais (família, escola, local de trabalho, comunidade). Permite que os alunos adquiram as habilidades, capacidades, valores e conhecimentos necessários para garantir um desenvolvimento sustentável e para promover uma cidadania responsável.

A UNESCO está liderando a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (UN DESD) – 2005-2014.⁴⁸

Efeito Bumerangue	Aumento do consumo que ocorre como um efeito colateral da introdução de uma tecnologia mais eco-eficiente que resulta em produtos mais baratos, consequentemente aumentando a demanda. ⁴⁹
--------------------------	--

Eficiência ambiental	A eficiência ambiental é uma filosofia de gestão que incentiva as empresas a buscarem melhorias ambientais que resultem em benefícios econômicos paralelos. Enfatiza as oportunidades de negócios e permite que as empresas tornem-se mais ambientalmente responsáveis e mais rentáveis. É uma contribuição empresarial chave para as sociedades sustentáveis. A eco-eficiência é alcançada por meio do oferecimento de bens e serviços com preços competitivos que satisfazem as necessidades humanas e trazem qualidade de vida, ao mesmo tempo em que progressivamente reduzem os impactos ecológicos e a intensidade do uso de recursos ao longo do ciclo de vida dos bens e serviços até um nível que, pelo menos, seja compatível com a capacidade disponível estimada do planeta. ⁵⁰
-----------------------------	--

Eficiência em recursos	Eficiência em recursos refere-se à garantia de que os recursos naturais são produzidos, processados e consumidos de uma forma mais sustentável, reduzindo o impacto ambiental da produção e do consumo de produtos ao longo de todo o seu ciclo de vida. Produzindo mais bem-estar com menos consumo material, a eficiência em recursos fortalece a forma como satisfazemos as necessidades humanas ao mesmo tempo em que respeitamos a capacidade ecológica disponível do planeta. ⁵¹
-------------------------------	---

Eficiência energética	A eficiência energética (EE) engloba todas as mudanças que resultam em uma redução da energia usada para um determinado serviço de energia (aquecimento, iluminação, etc.) ou nível de atividade. Esta redução no consumo de energia não é necessariamente associada a mudanças técnicas, pois também pode ser o resultado de uma organização ou
------------------------------	--

gestão mais eficaz ou da melhoria da eficiência econômica de um setor (por exemplo, aumento geral da produtividade).⁵²

Empregos ecológicos/ Trabalhos Decentes

Os empregos ecológicos estão definidos em um estudo conjunto do PNUMA e OIT sobre a forma como trabalhos na agricultura, indústria, serviços e administração podem contribuir para preservar ou restaurar a qualidade do meio-ambiente.

Os empregos ecológicos reduzem o impacto ambiental dos empreendimentos e dos setores econômicos, com o tempo chegando a níveis sustentáveis. Os empregos ecológicos são encontrados em diversos setores da economia, do fornecimento de energia à reciclagem, da agricultura e construção ao transporte. Ajudam a cortar o consumo de energia, matérias-primas e água por meio de estratégias altamente eficientes para “descarbonizar” a economia, reduzir as emissões de gases do efeito estufa, minimizar ou evitar completamente todas as formas de resíduos ou poluição e proteger e restaurar ecossistemas e a biodiversidade.⁵³

O trabalho decente envolve oportunidades de trabalho que são produtivas e oferecem um salário justo, bem como segurança no local de trabalho, proteção social para as famílias, melhores perspectivas para o desenvolvimento pessoal e integração social, liberdade para que as pessoas expressem as suas preocupações, organizem-se e participem das decisões que afetam as suas vidas e igualdade de oportunidade e tratamento para todas as mulheres e homens.

O trabalho decente está incorporado em quatro objetivos estratégicos: princípios fundamentais, direitos no trabalho e padrões internacionais do trabalho; oportunidades de emprego e remuneração; proteção social e segurança social; e diálogo social e tri-partidarismo. Esses objetivos englobam todos os trabalhadores, mulheres e homens, tanto nos mercados formais quanto nos mercados informais, no emprego assalariado ou no trabalho por conta própria, nos campos, fábricas ou escritório, em casa ou na comunidade.⁵⁴

Energia Não Renovável

A energia normalmente pode ser classificada como não-renovável ou renovável. Mais de 85% da energia usada no planeta é proveniente de fontes não-renováveis. A maioria dos países desenvolvidos depende de fontes de energia não-renovável, tais como combustíveis fósseis (carvão e petróleo) e energia nuclear. Essas fontes são chamadas de não-renováveis porque não podem ser renovadas ou regeneradas de forma suficientemente rápida para manter o seu uso. Petróleo, gás e carvão são os tipos mais usados de energia não-renovável.⁵⁵

Energia Renovável	Fontes de energia que são, dentro de um período de tempo relativamente curto em relação aos ciclos naturais do planeta, sustentáveis, incluindo tecnologias sem emissão de carbono, tais como energia solar, hidroelétrica e eólica, assim como as tecnologias neutras em termos de emissões de carbono, como biomassa. ⁵⁶
Enverdecer	Enverdecer é o ato de enganar consumidores em relação às práticas ambientais de uma empresa ou aos benefícios ambientais de um produto ou serviço. As empresas são particularmente acusadas de enverdecer quando gastam mais tempo e dinheiro declarando serem ecológicas por meio de anúncios e marketing do que implementando de fato práticas de negócios que minimizem o seu impacto ambiental. ⁵⁷
Equilíbrio de gêneros/priorização	Processo de avaliação das implicações para mulheres e homens de todas as ações planejadas, incluindo legislação, políticas ou programas, em todas as áreas e níveis. É uma estratégia para fazer com que as experiências e preocupações das mulheres e também dos homens sejam uma dimensão integral da concepção, implementação, monitoramento e avaliação de políticas e programas em todas as esferas políticas, econômicas e sociais, para que mulheres e homens beneficiem-se igualmente e a desigualdade não seja perpetuada. A meta final é alcançar a igualdade entre gêneros. ⁵⁸
Estilos de vida sustentáveis	<p>Um estilo de vida sustentável é uma forma de viver possibilitada por infra-estruturas, bens e serviços eficientes e pela escolha de ações individuais que minimizam o uso dos recursos naturais e a geração de emissões, resíduos e poluição, simultaneamente apoiando o desenvolvimento e o progresso socioeconômico equitativo para todos.</p> <p>Criar estilos de vida sustentáveis significa repensar as nossas formas de viver, como compramos e como organizamos o nosso cotidiano. Também se trata de alterar a forma como nos socializamos, compartilhamos, educamos e construímos identidades. Diz respeito à transformação das sociedades e da convivência em equilíbrio com o meio ambiente natural. Como cidadãos, em casa e no trabalho, muitas das nossas escolhas referentes ao uso de energia, transporte, alimentos, lixo, comunicações e solidariedade contribuem para a construção de estilos de vida sustentáveis.</p> <p>Os governos devem exercer um papel fundamental na criação das estruturas e infra-estruturas (instrumentos reguladores, inovações tecnológicas, novos serviços públicos) que permitam que os cidadãos mudem os seus comportamentos. Informação e educação são essenciais, bem como a participação integral da sociedade civil no movimento e envolvimento do setor de negócios que pode desenvolver soluções inovadoras para estilos de vida sustentáveis.⁵⁹</p>

Externalidades

Subprodutos das atividades que afetam o bem-estar das pessoas ou prejudicam o meio-ambiente, sempre que esses impactos não estejam refletidos nos preços de mercado. Os custos (ou benefícios) associados às externalidades não entram nos esquemas de contabilidades de custo padrão.⁶⁰

Fator 10/Fator 4

O Fator 10 refere-se à possibilidade de criar produtos e serviços que possuem uma intensidade de recursos que equivale à décima parte da intensidade de recursos da sua alternativa convencional.

O Fator 10 evoluiu do conceito do Fator 4, desenvolvido pelo Instituto Wuppertal para o Clima, Meio-Ambiente e Energia. A ideia por trás do Fator 4 é a de que os recursos naturais podem ser usados de forma 4 vezes mais eficiente em todos os domínios do cotidiano, gerando mais bens, serviços e qualidade de vida a partir dos recursos disponíveis ou usando menos recursos para manter o mesmo padrão.⁶¹

Fim do ciclo de vida

Estágio do ciclo de vida de um produto quando este se torna obsoleto ou chega ao final da sua vida útil. Quando os bens se tornam obsoletos (tais como quando quebram, já não têm mais uso ou simplesmente não são mais desejados), os consumidores tomam decisões em relação ao fim da vida útil dos itens que comprem, que podem ser reutilizados, reciclados ou jogados fora para eliminação final.⁶²

Forças-tarefa (processo de Marrakesh)

As Forças-tarefa do Processo de Marrakesh são mecanismos ativos do Processo de Marrakesh que desenvolvem a cooperação Norte-Sul, implementam projetos concretos e contribuem para o plano de 10 anos de programas. São iniciativas voluntárias dos governos e concentram-se em temas específicos ligados ao PCS. As atuais forças-tarefa concentram-se em:

- Educação para o consumo sustentável
 - Desenvolvimento do turismo sustentável
 - Licitações públicas sustentáveis
 - Produtos sustentáveis
 - Edifícios e construções sustentáveis
 - Cooperação com a África
 - Estilos de vida sustentáveis⁶³
-

Gestão dademanda

Implementação de políticas ou medidas que servem para reduzir ou, de outra forma, influenciar as demandas (dos usuários ou consumidores) ao invés da oferta.⁶⁴

Gestão do Ciclo de Vida (GCV)

A Gestão do Ciclo de Vida (GCV) é um sistema de gestão de produtos que visa minimizar a carga ambiental e socioeconômica associada aos

produtos ou carteira de produtos de uma organização ao longo de todo o seu ciclo de vida ou cadeia de valor. A GVC apoia a assimilação empresarial de políticas de produtos adotadas pelos governos. Isto é feito através da operacionalização das abordagens de ciclo de vida e da melhoria contínua dos sistemas de produtos.⁶⁵

Grupos principais

A Agenda 21 reconhece nove grupos principais da sociedade civil e estabelece a necessidade de alcançar novas formas de participação em todos os níveis para permitir o envolvimento abrangente de todos os setores econômicos e sociais no processo de implementação do desenvolvimento sustentável. Os grupos principais são: empresas e indústrias, crianças e jovens, agricultores, indígenas, autoridades locais, ONGs, comunidade científica e tecnológica, mulheres e trabalhadores e sindicatos. Desde a criação da Comissão sobre Desenvolvimento Sustentável (CDS) em 1992, os grupos principais têm recebido funções importantes para exercer como parceiros no desenvolvimento sustentável. As reuniões da CDS têm proporcionado espaços inovadores para a participação de atores não-governamentais com o propósito geral de orientar os processos de tomada de decisão da Comissão.⁶⁶

Indicador de desenvolvimento sustentável

Indicadores que medem o progresso feito em termos de crescimento e desenvolvimento sustentáveis. Esses indicadores podem oferecer um sinal prévio, soando um alarme a tempo de prevenir danos econômicos, sociais e ambientais. Além dos indicadores econômicos comumente usados para medir bem-estar, os indicadores sociais, ambientais e institucionais devem ser considerados para que seja alcançado um ponto de vista mais completo e abrangente no que diz respeito ao desenvolvimento das sociedades. Um conjunto chave de 58 indicadores e folhas de metodologia encontra-se disponível para ser usado por todos os países. Esse conjunto chave foi adotado pela Comissão do Desenvolvimento Sustentável (CDS) na sua terceira sessão em abril de 1995.⁶⁷

Indicador de Progresso Genuíno (IPG)

O Indicador de Progresso Genuíno (IPG) é uma alternativa ao Produto Interno Bruto (PIB), que permite que os responsáveis por políticas nos níveis nacional, estadual, regional ou local meçam o desempenho dos seus cidadãos, tanto economicamente quanto socialmente. Embora economistas, responsáveis por políticas, jornalistas e o público se baseiem no PIB como um indicador simplificado de progresso, essa medida é meramente a soma dos gastos nacionais, sem distinções entre as transações que colaboram ou não para o bem-estar das pessoas.

O IPG começa com os mesmos dados de consumo pessoal nos quais o PIB é baseado, mas depois disso faz distinções cruciais. O indicador é ajustado segundo fatores tais como distribuição de renda, adiciona

fatores como o valor da residência e trabalho voluntário e subtrai fatores tais como os custos referentes a crimes e poluição. O IPG é uma das primeiras alternativas ao PIB aprovada pela comunidade científica e usada regularmente por organizações governamentais e não governamentais em todo o mundo.

Como o PIB e o IPG são medidos em termos monetários, podem ser comparados na mesma escala. As medidas que compõem o IPG incluem: distribuição de renda, trabalho doméstico, voluntariado, educação superior, criminalidade, uso de recursos, poluição, danos ambientais a longo prazo, mudanças no tempo de lazer, despesas em defesa, duração dos bens consumíveis e da infra-estrutura pública e dependência de ativos estrangeiros.⁶⁸

Indicadores de PCS

Indicadores são uma ferramenta importante para medir mudanças e para concentrar a atenção em prioridades chave. O principal foco dos indicadores de PCS é medir o progresso em direção a padrões mais sustentáveis de produção e consumo. Reconhecendo que aquilo que não é medido muitas vezes é ignorado, os indicadores são uma ferramenta importante tanto para indicar o progresso – ou a falta deste – em relação aos objetivos específicos de um determinado programa, quanto para sugerir as estratégias adequadas de resposta. No contexto da PCS, os indicadores também podem indicar se os padrões de produção e consumo de uma sociedade estão resultando em um desenvolvimento mais socialmente equitativo e ambientalmente mais sustentável.⁶⁹

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um método para medir o desenvolvimento por meio de uma combinação de indicadores de expectativa de vida, condições educacionais e renda em um índice de desenvolvimento humano composto. O grande avanço do IDH foi a criação de uma estatística única que serve de ponto de referência para o desenvolvimento social e econômico. O IDH estabelece um mínimo e um máximo para cada dimensão, que são chamados de metas, e mostra onde cada país se encontra em relação a essas metas, expressas em valores entre 0 e 1. O IDH facilita comparações instrutivas de experiências dentro e entre diferentes países.⁷⁰

Índice Planeta Vivo

O Índice Planeta Vivo mede as tendências da diversidade biológica do Planeta Terra. Faz a monitoria das populações de 1.313 espécies de vertebrados: peixes, anfíbios, répteis, pássaros e mamíferos do mundo todo.

Índices separados são produzidos para espécies terrestres, marinhas e de água doce. Uma média é então produzida usando essas três tendências para criar um índice agregado. Embora os vertebrados representem apenas uma fração das espécies conhecidas, considera-se

que as tendências nas suas populações são típicas da biodiversidade em geral.

Ao monitorar espécies selvagens, o Índice Planeta Vivo também monitora a saúde dos ecossistemas. Desde 1970 o índice caiu em cerca de 30%. Essa tendência global sugere que estamos degradando os ecossistemas naturais em uma velocidade sem precedentes na história da humanidade.⁷¹

Informações ao consumidor

Informações ao consumidor referentes às características dos produtos e transações que são disponibilizadas aos consumidores/usuários para permitir que tomem decisões esclarecidas na hora da sua aquisição e posteriormente em relação ao uso desses bens ou serviços. As informações ao consumidor fazem com que seja mais fácil para os consumidores comparar bens e serviços, bem como aumenta a transparência e a responsabilidade e reduz os custos relativos à busca. Podem ser usadas não apenas para informar, mas também para influenciar o comportamento dos consumidores, por exemplo, incluindo uma campanha para incentivar opções e padrões de consumo sustentáveis. As informações podem incluir detalhes sobre o processo e métodos de produção, com o intuito de informar os consumidores sobre os efeitos mais abrangentes da produção do bem ou serviço. As informações podem ser oferecidas pelo fabricante ou por terceiros, tais como organizações de consumidores, agências de testes, organizações de rotulagem e certificação, etc.⁷²

Iniciativa da Economia Verde

A Iniciativa da Economia Verde liderada pelo PNUMA é composta de diversos aspectos cujo objetivo geral é defender macroeconomicamente o investimento em setores verdes e transformar os setores marrons em setores mais verdes, oferecendo aconselhamento nessa direção. A iniciativa visa demonstrar que investir em setores tais como energias renováveis, tecnologias limpas e eficientes, serviços de água e agricultura sustentável pode contribuir para o crescimento econômico, criação de empregos decentes, igualdade social e redução da pobreza, ao mesmo tempo em que lida com o clima e outros desafios ecológicos.

Dentro do PNUMA, a Iniciativa da Economia Verde inclui três grupos de atividades. O primeiro é a produção de um Relatório de Economia Verde (REV) e materiais de pesquisa relacionados, que irão analisar as implicações macroeconômicas, de sustentabilidade e de redução de pobreza do investimento verde em uma variedade de setores, desde energia renovável até agricultura sustentável. Este relatório oferece orientação sobre políticas que podem permitir um maior investimento nesses setores. O segundo é a provisão de serviços de consultoria com vista a incentivar certos países a se voltarem para a economia verde. O terceiro é o envolvimento ativo de uma série de instituições de pesquisa,

ONGs, empresas e parceiros da ONU na implementação da Iniciativa da Economia Verde.

Fora do PNUMA, a Iniciativa da Economia Verde é uma das nove Iniciativas Conjuntas da ONU contra a Crise lançadas pelo Comitê Executivo do Sistema da ONU no início de 2009. Neste contexto, a Iniciativa da Economia Verde liderada pelo PNUMA inclui várias atividades de pesquisa e eventos de treinamento com mais de 20 agências da ONU, incluindo as instituições de Bretton Woods. Além disso, o Grupo de Gestão Ambiental (GGA) interagências do sistema da ONU decidiu estabelecer um Grupo de Gestão de Questões (GGQ) sobre a Economia Verde, que proporciona um mecanismo operacional para a coordenação das diversas atividades e eventos planejados sob a iniciativa conjunta contra a crise referente à Economia Verde.⁷³

Iniciativa de Relatório Global

Iniciativa englobando diversas partes envolvidas, em nível internacional e baseada em rede, que é pioneira no desenvolvimento da estrutura de relatório de sustentabilidade mais utilizada no mundo. O seu Secretariado em Amsterdã trabalha para manter a sua melhoria contínua e a sua aplicação internacional.

As diretrizes do relatório incluem indicadores sobre os vários aspectos do CPS. A estrutura de relatório é desenvolvida a partir de um processo de busca de consenso entre os participantes, reunidos em nível global, provenientes de empresas, da sociedade civil e de instituições laborais e profissionais, para garantir o mais alto grau de qualidade técnica, credibilidade e relevância. A iniciativa foi lançada pela CERES e pelo PNUMA em 1997.⁷⁴

Instrumentos econômicos

Incentivo ou desincentivo monetário para agir de uma maneira que apoie os objetivos da política. Os exemplos na área de PCS incluem: preços que reflitam o custo total, impostos e taxas ambientais, reforma fiscal verde e remoção de subsídios que sejam prejudiciais ao meio-ambiente.⁷⁵

Internalização dos Custos Ambientais e Sociais

A internalização dos custos externos visa proporcionar aos produtores, fabricantes e consumidores os sinais corretos referentes à verdadeira escassez dos recursos, incluindo os recursos ambientais, para que as decisões de produção privada e consumo estejam mais alinhadas aos custos e benefícios sociais. A internalização pode aumentar a competitividade em no mínimo três maneiras: em primeiro lugar, aumentando a eficiência no uso de recursos e/ou reduzindo o seu uso; em segundo lugar, limitando a produção de lixo e poluição e, portanto, diminuindo os custos de redução; e em terceiro lugar, reduzindo o esgotamento de recursos naturais e consequentemente os custos relacionados ao ambiente. Neste sentido é importante aproveitar as

sinergias entre os interesses das empresas em aumentar a eficiência do uso de recursos e os interesses do governo em termos de eficiência distributiva, conservação de recursos e melhoria da qualidade ambiental.⁷⁶

Investimento ético/investimento socialmente responsável (ISR)

O investimento socialmente responsável (ISR), também conhecido coletivamente como investimento ético, refere-se à estratégia de enfatizar o impacto social e/ou ecológico positivo de uma empresa, além do seu retorno financeiro.⁷⁷

**Leapfrogging/
incremento/
aprimoramento/
salto /
alavancagem /
Alavancagem**

Termo usado para descrever a possibilidade de os países em desenvolvimento evitarem passar pelas fases de desenvolvimento ineficientes, poluidoras e caras saltando diretamente para um estágio de desenvolvimento humano sustentável e com uma melhor qualidade de vida. Em outras palavras, “leapfrogging” é uma oportunidade de evitar as fases ineficientes e poluentes de desenvolvimento pelas quais os países industrializados passaram.

O termo “leapfrogging” descreve as mudanças rápidas feitas por uma sociedade ou empresa para um nível mais alto de desenvolvimento, sem ter que passar pelos estágios intermediários observados em outros casos. Isto está ligado à ideia de que os recursos econômicos que seriam usados em tecnologias insustentáveis, ultrapassadas e poluentes podem ser economizados para serem investidos diretamente em um futuro sustentável. Esse salto ecológico pode ser uma alternativa à ideia de desenvolvimento como o alcance de estágios pré-determinados. Este conceito oferece estratégias para entrar diretamente na fase de sustentabilidade sem ter que passar pelos modelos de consumo e produção intensos em termos de recursos, característicos das sociedades industriais.⁷⁸

**Licitações Sustentáveis/
Licitações Verdes**

Licitação sustentável é um processo no qual as organizações satisfazem as suas necessidades referentes a bens, serviços, obras e instalações de uma forma econômica considerando a totalidade dos ciclos de vida no que diz respeito à geração de benefícios não apenas para a organização, mas também para a sociedade e para a economia, ao mesmo tempo em que minimiza os danos causados ao meio-ambiente.

As licitações sustentáveis buscam alcançar o equilíbrio adequado entre os três pilares do desenvolvimento sustentável, ou seja a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Os fatores econômicos incluem os custos dos bens e serviços ao longo de todo o seu ciclo de vida, tais como: custos de aquisição, manutenção, operação e gestão do final de vida (incluindo a eliminação dos resíduos), seguindo uma boa gestão financeira.

Os fatores sociais incluem justiça e equidade sociais; segurança e proteção; direitos humanos e condições de emprego.

Os fatores ambientais incluem as emissões para o ar, o solo e a água, mudança climática, biodiversidade, uso de recursos naturais e escassez de água ao longo de todo o ciclo de vida.⁷⁹

A licitação verde é um processo no qual as organizações levam em consideração os aspectos ambientais na hora de fazer licitações para bens, serviços, obras e instalações e asseguram uma boa relação custo-benefício ao longo de todo o ciclo de vida do item.⁸⁰

Limites ao Crescimento

Título e conceito promovido no relatório “Limits of Growth” (Limites ao crescimento) do Clube de Roma de 1972 que examinou o futuro do nosso planeta. Com a ajuda de modelos computadorizados, foram desenvolvidos cenários mostrando os diferentes padrões e resultados ambientais possíveis no desenvolvimento mundial nos dois séculos entre 1900 e 2100. Esses cenários mostraram como o crescimento populacional e o uso dos recursos nacionais interagiram para impor limites ao crescimento industrial, uma ideia nova e até polêmica naquela época.

O relatório “Limits of Growth” foi revisado duas vezes, primeiro em 1992 com o relatório intitulado “Beyond the Limits” (Além dos limites), que identificou que o nosso maior desafio é descobrir como fazer com que o mundo volte a ser ambiente sustentável.

Em 2004, o novo relatório “Limits to Growth: the 30-Years Update” (Limites ao crescimento: atualização dos 30 anos) afirmou que não é possível manter um crescimento populacional, econômico e industrial ilimitado em um planeta com recursos limitados.⁸¹

Limites planetários

Os limites planetários definem o espaço seguro de operação para os subsistemas e processos biofísicos do nosso planeta. Nove desses processos correspondem aos limites planetários: mudança climática, índice de perda de biodiversidade (terrestre e marinha); interferência nos ciclos de nitrogênio e fósforo; desgaste do ozônio estratosférico; acidificação do oceano; uso da água doce global; mudança no uso da terra; poluição química e acúmulo de aerossol na atmosfera.⁸²

Lixo eletrônico/ Lixo tecnológico/ Lixo eletro- eletrônico

Lixo tecnológico é um termo genérico que engloba várias formas de equipamentos eletrônicos que estão velhos, incluindo aparelhos que chegaram ao fim da sua vida útil e não têm mais valor para os seus donos. Uma definição prática de lixo tecnológico é “qualquer aparelho movido a eletricidade que não sirva mais para o seu dono em relação aos seus fins originais”.⁸³

Marketing ecológico ou marketing sustentável

A expressão “marketing sustentável” cobre três aspectos:

- Marketing responsável que descreve os procedimentos e sistemas de gestão desenvolvidos para evitar a promoção de comportamentos insustentáveis.
- Marketing ecológico que consiste na concepção e promoção de bens e serviços com um valor ambiental agregado. Isto refere-se a melhorias ao longo do ciclo de vida completo do produto, incluindo a sua origem ecológica, processos de produção limpos, impacto aperfeiçoado durante o uso, embalagens reduzidas, possibilidade de reciclagem, reusabilidade, existência de esquemas de devolução no final do uso, etc. Esta definição pode ser expandida para bens e serviços com um valor agregado social, tal como o comércio justo, a não utilização de fábricas clandestinas e a comercialização de bens produzidos localmente.
- Marketing social que visa conscientizar a população para introduzir comportamentos mais sustentáveis, tais como a preservação de energia e água, e a redução do lixo.⁸⁴

Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL)

Conforme o estabelecido no Artigo 12 do Protocolo de Quioto, o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) é um mecanismo flexível que permite que um país com um compromisso de reduzir ou limitar as suas emissões segundo o Protocolo implemente um projeto de redução das emissões em um país em desenvolvimento para adquirir créditos permutáveis de redução certificada de emissões (RCE). Cada crédito equivale a uma tonelada de CO₂ e pode ser contado para as metas do Protocolo de Quioto.⁸⁵

Melhores práticas de gestão

Métodos ou técnicas consideradas as mais eficazes como uma forma prática para alcançar um objetivo (tal como prevenir ou minimizar a poluição) assegurando o melhor uso possível dos recursos.⁸⁶

Melhores tecnologias disponíveis

O estágio mais recente de desenvolvimento (estágio de ponta) dos processos, instalações ou métodos de operação que indicam a adequabilidade prática de uma determinada medida para limitar os impactos ambientais e sociais.⁸⁷

Melhorias contínuas (no contexto do CPS)

As melhorias contínuas fazem parte de um esforço contínuo e sistemático para alcançar pequenas melhorias nos processos e produtos com o intuito de aumentar a qualidade e reduzir os resíduos, bem como de reduzir a pegada ambiental e minimizar os impactos ambientais e socioeconômicos, ao mesmo tempo em que maximiza os valores econômicos e sociais.

Melhorias contínuas são uma das ferramentas que sustentam as filosofias de gestão da qualidade total da produção limpa. Por meio do estudo e revisão constante dos processos, um produto melhor pode resultar em custos reduzidos.⁸⁸

Mitigação/ erradicação da pobreza

A Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social, realizada em março de 1995 em Copenhague, identificou a erradicação da pobreza como uma necessidade ética, social, política e econômica da humanidade e pediu aos governos que lidassem com as raízes da pobreza, satisfazendo as necessidades básicas de todos e assegurando que as pessoas mais pobres tenham acesso a recursos produtivos, incluindo crédito, educação e treinamento. Reconhecendo o progresso insuficiente na redução da pobreza, a 24ª sessão especial da Assembleia Geral das Nações Unidas, voltada à revisão dos compromissos de Copenhague, decidiu estabelecer metas para reduzir pela metade a proporção de pessoas vivendo em extrema pobreza até 2015. Essa meta foi endossada pela Cúpula do Milênio como o Objetivo de Desenvolvimento do Milênio número 1.⁸⁹

Nosso Futuro Comum

O Relatório da Comissão Brundtland, formalmente conhecida como Comissão Mundial sobre Meio-Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) (conhecida também pelo nome de sua Presidente, Gro Harlem Brundtland), intitulado “Our Common Future” (Nosso futuro comum), foi publicado em 1987. O relatório insere questões ambientais na pauta política e tem como objetivo discutir o meio-ambiente e o desenvolvimento como uma questão única. O relatório “Our Common Future” e o trabalho da CMMAD criaram as bases para a convocação da Cúpula da Terra em 1992 e para a adoção da Agenda 21 e da Declaração do Rio de Janeiro, bem como para o estabelecimento da Comissão do Desenvolvimento Sustentável (CDS). A definição de desenvolvimento sustentável no relatório – “desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a habilidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades” – é hoje uma definição de desenvolvimento sustentável amplamente aceita.⁹⁰

Novo Acordo Verde Global

Em resposta à crise financeira e econômica global, desencadeada no segundo semestre de 2008, o PNUMA criou um “Novo Acordo Verde Global” com o intuito de revitalizar a economia global e incentivar o emprego, simultaneamente acelerando o combate às mudanças climáticas, degradação ambiental e pobreza. O PNUMA recomenda que uma parte considerável dos estimados US\$3 trilhões de dólares prometidos na forma de pacotes de estímulo econômico seja investida em cinco áreas críticas:

- Aumentar a eficiência energética de prédios novos e existentes;
- Fazer a transição para energias renováveis, incluindo energia eólica, solar, geotérmica e biomassa;

- Aumentar o uso e a confiança no transporte sustentável, incluindo veículos híbridos, ferrovias de alta velocidade e sistemas de transporte rápido em ônibus;
- Melhorar a infra-estrutura ecológica do planeta, incluindo ecossistemas de água doce, florestas, solos e recifes de coral;
- Apoiar a agricultura sustentável, incluindo a produção de produtos orgânicos.

O Novo Acordo Global Verde também estabelece uma série de medidas específicas que visam ajudar os países mais pobres a alcançarem os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e a tornar as suas economias mais verdes. Essas medidas incluem a expansão dos esquemas de micro-crédito para projetos de energia limpa, a reforma de subsídios prejudiciais (do uso de combustível fóssil até pesca) e a adaptação da ajuda internacional rumo ao desenvolvimento para que este seja mais verde.⁹¹

Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)

Em setembro de 2000, líderes de 189 países estipularam uma visão para o futuro: um mundo com menos pobreza, fome e doenças, com maior perspectiva de sobrevivência para mães e seus bebês, com crianças recebendo uma melhor educação, com igualdade de oportunidades para mulheres e um ambiente mais saudável; um mundo no qual países desenvolvidos e em desenvolvimento trabalhariam juntos em parceria para a melhoria de todos.

Esta visão adotou o formato de oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que oferecem uma estrutura para o planejamento do desenvolvimento de países no mundo todo, bem como metas que estabelecem prazos dentro dos quais esses progressos podem ser medidos.

Os oito ODMs incluem desde a redução pela metade da pobreza extrema até o fim da disseminação do vírus HIV/AIDS e a provisão de ensino primário universal até a data-meta de 2015.

Os objetivos individuais são:

- Erradicar a extrema pobreza e a fome.
- Atingir o ensino básico universal.
- Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres.
- Reduzir a mortalidade infantil.
- Melhorar a saúde materna.
- Combater o HIV/AIDS, malária e outras doenças.
- Garantir a sustentabilidade ambiental.
- Estabelecer uma parceria mundial pelo desenvolvimento.⁹²

Padrões de produtos

Os padrões de produtos estabelecem as características específicas de um produto, tais como seu tamanho, formato, desenho, funções e desempenho, ou a forma como é rotulado ou embalado antes de ser colocado à venda. Em certos casos, a forma como um produto é produzido pode afetar essas características, portanto pode ser mais adequado estabelecer regulamentações e padrões técnicos referentes ao processo e métodos de produção de um produto, ao invés de suas características.⁹³

Painel Internacional de Recursos

O Painel Internacional para a Gestão Sustentável de Recursos, ou resumidamente Painel de Recursos, foi lançado oficialmente em novembro de 2007 e tem como objetivo incentivar o conhecimento científico sobre a separação entre o crescimento econômico e o uso de recursos da degradação ambiental. O objetivo do Painel de Recursos é, portanto, oferecer avaliações científicas independentes sobre os impactos ambientais provenientes do uso de recursos ao longo de todo o ciclo de vida e aconselhar governos e organizações sobre como reduzir esses impactos.

Os objetivos do Painel de Recursos são:

- Oferecer avaliações independentes, coerentes e confiáveis sobre a relevância política do uso sustentável dos recursos naturais e particularmente, sobre os seus impactos ambientais ao longo de todo o seu ciclo de vida.
- Contribuir para um melhor entendimento sobre como separar o crescimento econômico da degradação ambiental.⁹⁴

Parcerias pelo desenvolvimento sustentável

As parcerias pelo desenvolvimento sustentável, no contexto da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (WSSD) e das reuniões posteriores, são iniciativas voluntárias envolvendo diversas partes interessadas que contribuem para a implementação do desenvolvimento sustentável. São uma forma suplementar de apoiar a implementação da Agenda 21 (plano de ação global pelo desenvolvimento sustentável estipulado durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio-Ambiente e Desenvolvimento, ou Cúpula da Terra, realizada no Rio de Janeiro em 1992), o Programa para a implementação futura da Agenda 21 (estabelecido na reunião “Rio+5” em 1997) e o Plano de Implementação de Johannesburgo (estabelecido na WSSD em 2002). Essas parcerias complementam os compromissos intergovernamentais e não têm como objetivo substituí-los.

As parceiras formam um resultado importante da WSSD realizada em Joanesburgo em 2002. Mais de 200 parcerias foram lançadas durante o processo da Cúpula. No Plano de Implementação de Johannesburgo,

os governos designaram a Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CDS) da ONU como o ponto central para a discussão das parcerias que promovem o desenvolvimento sustentável, incluindo o compartilhamento de lições aprendidas, progressos alcançados e melhores práticas.⁹⁵

Pegada de água

A pegada da água é uma medida dos impactos do consumo de água direto e indireto associado a todas as atividades do ciclo de vida de um produto. Isto é especialmente relevante em todos os processos que fazem o uso intensivo de água e em locais onde a escassez de água é um problema.⁹⁶

Pegada de carbono

O montante total de emissões de gases de efeito estufa (GEE) causado por uma organização, evento ou produto. Para simplificar os relatórios, é muitas vezes expressa em termos da quantidade emitida de dióxido de carbono ou o seu equivalente de outros gases do efeito estufa.⁹⁷

Pegada ecológica

Medida da quantidade de terra biologicamente produtiva e água que um indivíduo, população ou atividade necessita para produzir todos os recursos que consome e para absorver o lixo gerado usando a tecnologia e as práticas de gestão de recursos prevalentes. A pegada ecológica é normalmente medida em hectares globais (uma unidade comum que engloba a produtividade média de toda a terra biologicamente produtiva e área oceânica no mundo em um dado ano). Como o comércio é global, a pegada de um indivíduo ou de um país inclui a terra e o oceano que compõem o mundo todo.⁹⁸

Plano de 10 anos de programas (10YFP) sobre SCP

O Plano de Implementação de Johannesburgo (JIP), adotado durante a Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável (WSSD) de 2002, reconhece que mudanças fundamentais na forma como as sociedades produzem e consomem são indispensáveis para alcançarmos um desenvolvimento global sustentável. O plano pede o desenvolvimento de 10 anos de programas para apoiar as iniciativas regionais e nacionais com o intuito de acelerar mudanças em direção ao consumo e produção sustentáveis, promover o desenvolvimento social e econômico de acordo com a capacidade disponível dos ecossistemas por meio da separação, sempre que possível, do crescimento econômico e da degradação ambiental, melhorando a eficiência e a sustentabilidade no uso de recursos e processos de produção, bem como reduzindo a degradação de recursos, a poluição e a produção de lixo.⁹⁹

Plano de Implementação de Johannesburgo (PIJ)

Adotado na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (WSSD) de 2002 realizada em Johannesburgo na África do Sul, dez anos depois da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) no Rio de Janeiro, o Plano de Implementação de Johannesburgo afirma o compromisso das Nações

Unidas de implementar integralmente a Agenda 21, juntamente com a conquista dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e outros acordos internacionais.

O PIJ declara que a erradicação da pobreza, a mudança dos padrões de consumo e produção e a proteção e gestão da base de recursos naturais para o desenvolvimento econômico e social são os grandes objetivos do desenvolvimento sustentável. O plano reconhece que problemas tais como as desigualdades globais, a perda de biodiversidade e as mudanças climáticas devem ser tratados.¹⁰⁰

**Políticas
Integradas de
Produtos**

As políticas integradas de produtos são uma abordagem que começa com a pergunta: como o desempenho ambiental dos produtos pode ser melhorado da maneira mais eficaz em termos de custos? Esta abordagem é baseada na consideração dos impactos dos produtos ao longo do seu ciclo de vida, desde os recursos naturais dos quais provêm, passando pelo seu uso e marketing, até a sua eliminação final como lixo. Também é uma abordagem relativamente nova em termos de políticas ambientais.¹⁰¹

**Preferências do
consumidor**

Uma consequência da escolha do consumidor que orienta a aquisição de um bem ou serviço com base nas informações disponíveis. Isto pode incluir a opção de não consumir o bem ou serviço.¹⁰²

**Princípio do
“Poluidor-
Pagador” (PPP)**

O princípio do “Poluidor-Pagador” (em inglês, PPP: *Polluter Pays Principle*) é um princípio político ambiental que exige que os custos da poluição sejam pagos por aqueles que os causaram. No seu formato original o princípio do “Poluidor-Pagador” tem como objetivo determinar como devem ser distribuídos os custos de prevenção e controle da poluição: o responsável pela poluição deve pagar. A sua meta imediata é internalizar os fatores externos ambientais das atividades econômicas, para que o preço dos bens e serviços reflita integralmente os custos de produção. Hoje em dia, esse princípio é amplamente reconhecido pelo direito ambiental internacional e é um dos princípios fundamentais da política ambiental da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e da Comunidade Europeia.¹⁰³

**Processo de
Marrakesh**

O Processo de Marrakesh é uma plataforma global e informal que reúne diversas partes interessadas com o intuito de promover a implementação de políticas e treinamentos sobre o consumo e a produção sustentáveis (CPS) e de apoiar o desenvolvimento de um conjunto de programas de PCS, com duração de 10 anos.

O PNUMA e o UNDESA são as agências que lideram esse processo global, com a participação ativa dos governos nacionais, agências

de desenvolvimento, setor privado, sociedade civil e outras partes envolvidas.

Lançado em 2003, respondendo ao Capítulo III do Plano de Implementação de Johannesburgo, o processo herda o seu nome da cidade onde foi realizado o primeiro encontro. Desde 2003, o processo desenvolveu atividades nos níveis nacional, regional e internacional, por meio de uma rede em expansão.

O Processo de Marrakesh promove e apoia, conforme o necessário, o desenvolvimento de programas ou planos de ação regionais de PCSCPS na África, América Latina, Oeste Asiático e União Europeia, com o apoio institucional das organizações intergovernamentais regionais. Na Ásia e no Pacífico, o Processo de Marrakesh está trabalhando em parceria com a Iniciativa Crescimento Verde. Esses programas ou planos de ação lidam com questões altamente relevantes para a crise energética, de alimentos, da água e do clima. O envolvimento com a América do Norte também aumentou rapidamente nos últimos dois anos.

Foram fundadas sete forças-tarefa de Marrakesh como iniciativas voluntárias lideradas pelos países e com a participação de diversas partes envolvidas do eixo norte-sul. Essas forças-tarefa apoiam o desenvolvimento de ferramentas de CPS, bem como treinamento e a implementação de projetos de CPS dentro das seguintes questões específicas de PCS: cooperação com a África, produtos sustentáveis, estilos de vida sustentáveis, licitações públicas sustentáveis, desenvolvimento de turismo sustentável, edifícios e construções sustentáveis e educação para um consumo sustentável. As forças-tarefa estão contribuindo para a concepção de políticas de PCS e apoiando atividades de treinamento e projetos de demonstração, bem como fazendo uma coletânea de boas práticas de PCS.¹⁰⁴

Produção

Produção é a conversão de recursos naturais em produtos usáveis, que podem vir a ser bens ou serviços.

A atividade econômica da produção converte alguns recursos, que chamamos de matéria-prima ou entradas ("*inputs*"), em bens ou serviços, que chamamos de resultados ou saídas ("*outputs*"), por meio de um fluxo realizado dentro de um período específico de tempo. A forma na qual essa produção acontece depende das tecnologias disponíveis. Os processos de produção também podem levar a resultados indesejados, tais como desperdícios. Apenas os resultados usáveis são considerados bens ou serviços econômicos.¹⁰⁵

Produção e Consumo Sustentáveis

Uso de serviços e produtos relacionados que responde às necessidade básicas humanas e traz uma melhor qualidade de vida ao mesmo tempo em que minimiza o uso de recursos naturais e materiais tóxicos, bem como as emissões de resíduos e poluentes ao longo do ciclo de vida do serviço ou produto, para não colocar em risco as necessidades das gerações futuras.¹⁰⁶

Produção Mais Limpa

Aplicação contínua de uma estratégia ambiental integrada e preventiva em relação aos processos, bens e serviços para aumentar a eficiência em geral e para reduzir os riscos aos humanos e ao meio-ambiente. A Produção mais Limpa pode ser aplicada aos processos usados em qualquer indústria, aos próprios bens e a vários serviços oferecidos à sociedade.¹⁰⁷

Produtores

Fabricantes ou criadores de bens que são produzidos para os consumidores ou para um mercado-alvo específico. Um produtor de aparelhos eletrônicos assume a responsabilidade total pela produção ou fabricação do produto, mas pode ou não estar envolvido no marketing ou venda do produto.¹⁰⁸

Produtos

Produtos, também chamados de “bens e serviços”, são o resultado da produção. São trocados e usados para vários propósitos: como matéria-prima para a produção de outros bens e serviços, para consumo final ou para investimento.¹⁰⁹

Produtos sustentáveis

Um produto que incorpora fatores ambientais e sociais e minimiza o seu impacto ao longo do seu ciclo de vida e da sua cadeia de fornecimento, respeitando o seu ambiente socioeconômico.¹¹⁰

Programa Nacional de CPS

Programa Nacional de PCS é um termo abrangente usado para descrever as várias abordagens integradas e estratégicas que os países adotam para promover o PCS. Esses programas (nacionais, subnacionais ou locais) diferem bastante em natureza, são geralmente elaborados por meio de uma colaboração interministerial e de um diálogo envolvendo as diversas partes interessadas e podem ser compostos de inventários nacionais, estruturas de programas, planos de ação e estratégias. Além disso, muitas vezes são tratados como uma questão prioritária em outras estruturas políticas ou estratégias.

Um programa de PCS pode ser desenvolvido em um ciclo que passa de um inventário nacional ou catálogo geral de atividades de PCS em andamento para uma integração completa de PCS em uma estrutura-chave de políticas de abrangência nacional, tal como uma estratégia nacional de desenvolvimento sustentável (ENDS), um plano de ação ambiental nacional (PAAN) ou um plano nacional de desenvolvimento,

incluindo os documentos de estratégia de redução da pobreza (DERP). Uma estrutura de programas pode ser criada a partir de uma visão geral estratégica das necessidades para alcançar PCS, incluindo o destaque de áreas prioritárias para a concepção e a implementação de políticas. Isso normalmente leva ao desenvolvimento de programas setoriais ou programas baseados em questões específicas ou planos de ação referentes a tópicos tais como: licitações públicas sustentáveis, eficiência energética e educação em PCS. Estes podem estar ligados a outras estratégias ou planos nacionais. Alternativamente, um programa ou plano de ação único e integrado concentra-se mais fortemente na PCS e geralmente inclui objetivos, metas e mecanismos de monitoramento.

Não há um só tipo de abordagem ou fórmula única segundo a qual os programas de PCS podem ou devem ser instituídos. Cada país precisa determinar a melhor forma de abordar o desenvolvimento, a implementação e o monitoramento do seu programa de PCS, considerando as condições políticas, culturais, econômicas e ambientais existentes. A decisão inicial mais importante a ser feita quando o programa nacional de PCS estiver sendo construído é se é mais adequado construir uma nova estrutura nacional de PCS ou integrar políticas de PCS na estrutura principal de políticas econômicas e de desenvolvimento do país.¹¹¹

Proteção ao consumidor

Refere-se aos mecanismos (legais, semilegais, morais e institucionais) para proteger os consumidores ou usuários nas suas transações com os fabricantes (por exemplo, proteção contra condições contratuais injustas) e no uso de bens e serviços (por exemplo, padrões de segurança nos produtos).

As diretrizes da ONU sobre proteção aos consumidores (1999) “reconhecem que os consumidores, particularmente nos países em desenvolvimento, muitas vezes passam por situações de desequilíbrio em termos de condições econômicas, nível escolar e poder de negociação” e “devem ter o direito de acesso a produtos não perigosos, bem como o direito de promover um desenvolvimento econômico e social justo, equitativo e sustentável e de proteger o meio-ambiente”.

As diretrizes também estabelecem que o papel dos governos é fundamental para manter uma infra-estrutura adequada para desenvolver, implementar e monitorar as políticas de proteção ao consumidor. Deve-se fazer o necessário para assegurar que medidas de proteção ao cliente sejam implementadas para o benefício de todos os setores da população, incluindo a população rural e as pessoas que vivem na pobreza.

Ao colocar em prática procedimentos ou regulamentações para a proteção do consumidor, deve-se fazer o necessário para assegurar que não se tornem obstáculos para o comércio internacional e que sejam consistentes com as obrigações internacionais de comércio.”¹¹²

Recursos

Bens que ocorrem naturalmente e proporcionam benefícios de uso por meio da provisão de matérias-primas e energia usadas em atividades econômicas (ou que poderão proporcionar tais benefícios um dia) e que estão sujeitos primariamente ao esgotamento quantitativo devido ao uso humano. São subdivididos em quatro categorias: recursos minerais e energéticos, recursos do solo, recursos aquáticos e recursos biológicos.¹¹³

Reduzir – Reutilizar – Reciclar (os 3 Rs)

A Iniciativa dos 3Rs visa promover globalmente os 3Rs (Reduzir, Reutilizar e Reciclar) para criar uma sociedade com um ciclo de materiais de excelência por meio do uso eficaz dos recursos e materiais. Acordado na Cúpula do G8 de Sea Island em junho de 2004, foi formalmente lançado em uma reunião ministerial no Japão no primeiro semestre de 2005.

Reduzir significa optar pelo uso cuidadoso das coisas para reduzir a quantidade de lixo produzido. Reutilizar requer o uso repetido de itens ou partes de itens que ainda possuem aspectos usáveis. Reciclar significa usar o lixo em si como recurso. A minimização da produção de lixo pode ser alcançada de forma eficiente se nos concentrarmos primariamente no primeiro dos 3Rs “reduzir”, seguido de “reutilizar” e depois “reciclar”.¹¹⁴

Reforma fiscal ambiental

Instrumentos fiscais e de preços que visam melhorar a gestão ambiental, incluindo impostos sobre a exploração dos recursos naturais (por exemplo, florestas, minerais, pesca), taxas e tarifas para usuários (por exemplo, taxa sobre a água, tarifas de estacionamento na rua e licenças ou autorizações para usar recursos naturais), impostos ou taxas sobre a emissão de poluentes (por exemplo, poluição do ar) e reforma de subsídios (por exemplo, pesticidas, água, energia).¹¹⁵

Registro de emissão e transferência de poluentes (RETP)

O registro de emissão e transferência de poluentes (RETP) é uma base de dados ou inventário ambiental dos lançamentos potencialmente prejudiciais à atmosfera, água e solo. Também constam nessa base de dados os resíduos transferidos para tratamento e eliminação a partir das instalações onde foram produzidos. Além de coletar dados de fontes (ou pontos) permanentes, tais como fábricas e locais de processamento de lixo, alguns RETPs foram concebidos para incluir estimativas de lançamentos de fontes difusas. Os dados referentes aos lançamentos e transferências são fornecidos pelas próprias instalações, sendo que o tipo, a quantidade e o meio afetado também devem ser relatados. Os dados são então disponibilizados ao público.¹¹⁶

Resíduos

A Convenção da Basileia sobre o controle dos movimentos transfronteiriços de resíduos perigosos e sua eliminação define resíduos como “substâncias ou objetos que são eliminados ou destinados à eliminação ou que devem ser eliminados segundo as leis nacionais”.

O resíduo pode ser gerado na extração de matérias-primas, no processamento de matérias-primas em produtos intermediários ou finais, no consumo de produtos finais e em outras atividades humanas. Os resíduos reciclados ou reutilizados no momento da geração estão excluídos.¹¹⁷

Resíduos perigosos e tóxicos são definidos como substâncias ou objetos que são eliminados, destinados à eliminação ou que devem ser eliminados segundo as leis nacionais e que possuem certas características perigosas, tais como (entre outras) ser tóxico, explosivo, corrosivo ou reativo.

A geração e a gestão desses resíduos pode causar impactos negativos à saúde humana e ao meio ambiente, seja por si mesmo ou quando entra em contato com outros resíduos. Portanto, os resíduos perigosos precisam ser gerenciados de forma especial e devem ser eliminados de forma ambientalmente segura.

A geração, gestão e movimentos transfronteiriços dos resíduos perigosos devem ser realizados de acordo com os procedimentos estabelecidos pela Convenção de Basileia (1989). Domesticamente, também podem existir exigências, restrições ou proibições adicionais.¹¹⁸

A gestão integrada de resíduos sólidos refere-se à abordagem estratégica para a gestão sustentável dos resíduos sólidos, cobrindo todas as fontes e aspectos, incluindo geração, segregação, transferência, classificação, tratamento, recuperação e eliminação de uma forma integrada, dando ênfase à maximização da eficiência dos recursos.

Vários países estão enfrentando desafios crescentes no que diz respeito à gestão correta dos seus resíduos, sendo que a maior parte dos esforços está sendo direcionada à redução dos volumes finais e à geração de fundos suficientes para realizar a gestão do lixo. Se a maior parte do lixo pudesse ser redirecionada para a recuperação de materiais e recursos, uma redução substancial dos volumes finais de resíduos poderia ser alcançada e os materiais e recursos recuperados poderiam ser utilizados para gerar fundos para a gestão dos resíduos. Isto forma a base do sistema de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (GIRS) baseada no princípio dos três 3Rs (reduzir, reutilizar e reciclar).¹¹⁹

Responsabilidade comum, mas diferenciada

O princípio de “responsabilidade comum, mas diferenciada” é uma manifestação dos princípios gerais de equidade das leis internacionais. Este princípio reconhece as diferenças históricas nas contribuições dos países desenvolvidos e em desenvolvimento em relação aos problemas ambientais globais, bem como as diferenças nas suas respectivas capacidades econômicas e técnicas para enfrentar esses problemas. O princípio de responsabilidade comum, mas diferenciada inclui dois elementos fundamentais. O primeiro refere-se à responsabilidade comum dos países pela proteção do meio-ambiente, ou parte dele, em nível nacional, regional e internacional. O segundo refere-se à necessidade de levar em consideração as diferentes circunstâncias, particularmente as contribuições específicas de cada país para a evolução de um certo problema e a sua capacidade de prevenir, reduzir e controlar a ameaça.¹²⁰

Responsabilidade estendida do fabricante

Responsabilidade estendida do fabricante significa que os fabricantes assumem a responsabilidade pelos seus produtos “do berço à sepultura” (do começo ao fim) e, portanto, devem desenvolver produtos que têm um desempenho melhor ao longo de todos os estágios do ciclo de vida do produto.

Em cada estágio do ciclo de vida, existem oportunidades de melhorar o desempenho.¹²¹

Responsabilidade Social

Responsabilidade de uma organização pelos impactos das suas decisões e atividades na sociedade e no meio-ambiente, por meio de um comportamento ético e transparente que:

- contribui para o desenvolvimento sustentável, incluindo a saúde e o bem estar da sociedade.
- considera as expectativas das partes envolvidas.
- cumpre com as leis aplicáveis e é consistente com as normas internacionais de comportamento.
- está integrada na organização e é colocada em prática nas suas relações.

Atividades incluem bens, serviços e processos. Relações referem-se às atividades da organização dentro da sua esfera de influência.¹²²

Responsabilidade Social e Ambiental da Empresa (RSAE)

Forma de conduzir negócios baseada em valores com o objetivo de avançar o desenvolvimento sustentável, buscando um impacto positivo entre as operações de negócio e a sociedade, levando em consideração a relação forte entre empresas e sociedade, bem como o fato de as empresas, como os cidadãos, terem direitos e deveres básicos onde quer que operem.¹²³

Reuniões Regionais de Implementação (RRI)

Como parte de cada ciclo de implementação da Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CDS), as Comissões Regionais da ONU, em colaboração com o Secretariado da Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CDS), organiza as Reuniões Regionais de Implementação (RRIs) para permitir que as contribuições regionais e sub-regionais ao longo do ciclo sejam propriamente consideradas. As Reuniões Regionais de Implementação são realizadas antes da sessão de revisão de cada ciclo e concentram-se nas questões que serão tratadas no ciclo de implementação em andamento.

As reuniões visam contribuir para avançar a implementação da Agenda 21, o Programa para a Implementação Futura da Agenda 21 e o PIJ, através de contribuições oferecidas à CDS. Essas contribuições podem incluir a identificação dos obstáculos, limites, novos desafios e oportunidades específicas de cada região, bem como a partilha de lições aprendidas e melhores práticas.¹²⁴

Rotulagem e certificação ambientais

Procedimento voluntário para assegurar que um produto (englobando bens e serviços, incluindo os seus processos de fabricação) obedece a certos critérios específicos.

- Rótulo ambiental – indica os aspectos ambientais de um bem ou serviço.
- Eco-rótulo – concedido por um terceiro imparcial aos produtos que satisfazem certos critérios de liderança ambiental baseados em considerações referentes ao ciclo de vida.
- Os certificados são concedidos aos produtos que seguem completamente um conjunto de padrões básicos.¹²⁵

Separando Crescimento Econômico de Degradação Ambiental

A separação refere-se à relação entre: (1) variáveis econômicas, tais como Produto Interno Bruto (PIB) ou Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e (2) variáveis ambientais, tais como o uso de recursos e indicadores ambientais. Há uma distinção entre a separação do crescimento econômico do uso de recursos e dos impactos ambientais.

- A separação dos impactos refere-se à redução da ligação entre crescimento econômico e impactos ambientais, tais como mudanças climáticas, perda de biodiversidade e degradação da saúde humana.

Há também uma distinção entre separação absoluta e relativa.

- Na separação relativa, a taxa de crescimento do parâmetro ambiental é menor do que do parâmetro econômico, mas ainda é positiva.
- Na separação absoluta, a taxa de crescimento do parâmetro ambiental é zero ou negativa.¹²⁶

Serviços

Os economistas dividem a atividade econômica em duas grandes categorias: bens e serviços. As indústrias que produzem bens incluem agricultura, mineração, manufatura e construção, sendo que cada uma delas cria algum tipo de objeto tangível. As indústrias de serviço incluem o restante: bancos, comunicações, comércio atacadista e varejista, todos os serviços profissionais, tais como engenharia, desenvolvimento de software, medicina, atividades do terceiro setor, bem como todos os serviços aos consumidores e governamentais, incluindo defesa e administração da justiça. Uma economia dominada pelo setor de serviços é característica dos países desenvolvidos. Em países menos desenvolvidos, a maioria das pessoas trabalha em atividades primárias, como agricultura e mineração.¹²⁷

Serviços ecossistêmicos

Processos ou funções ecológicas que trazem valor ou benefícios aos indivíduos ou sociedades. Estes incluem:

- Serviços de provisão – os produtos obtidos do ecossistema, incluindo, por exemplo, recursos genéticos, alimentos e fibras e água fresca.
- Serviços de regulamentação – os benefícios obtidos a partir da regulamentação dos processos do ecossistema, incluindo, por exemplo, a regulamentação do clima, água e algumas doenças humanas.
- Serviços culturais – os benefícios não-materiais que as pessoas obtêm dos ecossistemas por meio de enriquecimento espiritual, reflexão, recreação e experiência estética, incluindo, por exemplo, sistemas de conhecimento, relações sociais e valores estéticos.
- Serviços de apoio – os serviços necessários para a produção de todos os outros serviços ecossistêmicos, incluindo, por exemplo, a produção de biomassa, a produção de oxigênio atmosférico, ciclo de nutrientes, ciclo da água e provisão de habitat.¹²⁸

Simplicidade voluntária

A simplicidade voluntária sugere que a satisfação proporcionada pela busca de quantidades cada vez maiores de bens de consumo está marginalmente em decadência. O conceito aponta para fontes de satisfação em evitar deliberada e voluntariamente a busca por níveis crescentes de afluência e consumo e em fazer com que a busca de outros fins não-materiais vire um projeto pessoal e social. As pessoas que buscam simplicidade obtêm uma maior satisfação através de aprendizados duradouros, vida pública, voluntariado, participação comunitária, esportes, atividades culturais e observando ou convivendo com a natureza.¹²⁹

Sistema de gestão ambiental (SGA)

Um sistema de gestão ambiental (SGA) faz parte do sistema de gestão de uma organização utilizado para desenvolver e implementar a sua política ambiental e gerir a sua interação com o meio-ambiente. Um

sistema de gestão é um conjunto de exigências interligadas usadas para estabelecer políticas e objetivos. Para que esses objetivos sejam alcançados, deve incluir a estrutura organizacional, atividades de planejamento, responsabilidades, práticas, procedimentos, processos e recursos.¹³⁰

Subprodutos

O resultado, que não o produto principal, de um processo industrial. Os subprodutos têm um valor mais baixo em comparação com o produto ou produtos principais e podem ser eliminados ou vendidos no seu estado original ou após outro estágio de processamento.¹³¹

Suficiência

Ao longo dos anos, o conceito de suficiência emergiu nos círculos de planejamento e desenvolvimento e nos movimentos transnacionais da sociedade civil como um modelo econômico alternativo ao consumismo e como um componente fundamental dos estilos de vidas sustentáveis. É um ideal filosófico para uma melhor qualidade de vida, ao mesmo tempo em que reduz o impacto humano no mundo natural. O conceito de suficiência questiona a noção de que se algo é bom, quanto mais melhor; em oposição à ideia de “ser suficiente”. O conceito de suficiência não está relacionado a sacrifício, negação, asceticismo ou simplesmente não ter, mas é uma questão de bem-estar e estar bem.¹³²

Tecnologias de Baixo Carbono

Tecnologias industriais existentes e emergentes que visam alcançar zero ou baixas emissões de carbono após o seu desenvolvimento e implementação completos.¹³³

Tecnologias ecologicamente sólidas

Tecnologias que protegem o meio-ambiente, que são menos poluentes, usam recursos de uma forma mais sustentável, reciclam mais os seus resíduos e produtos e lidam com lixo residual de uma forma mais aceitável do que outras tecnologias. No contexto da poluição, são “tecnologias de processos e produtos” que geram pouco ou nenhum lixo, prevenindo a poluição. Também cobrem as tecnologias do final do ciclo para o tratamento da poluição após esta ter sido gerada. São sistemas totais que incluem know-how, procedimentos, bens e serviços, bem como equipamentos e procedimentos organizacionais e de gestão.¹³⁴

Transferência de tecnologia

A transferência de tecnologia é o fluxo de conhecimento, técnicas, experiências e inovações entre as diferentes partes envolvidas por meio de auxílio, investimento, licenciamento, comércio ou treinamento. É o processo de aprender a entender, utilizar e replicar a tecnologia disponível incluindo a capacidade de escolhê-la, adaptá-la às condições locais e integrá-la às tecnologias locais existentes.¹³⁵

Transporte/ mobilidade sustentável

O transporte ou mobilidade sustentável:

- Permite que as necessidades de acesso básicas de indivíduos e sociedades sejam atendidas de forma segura e consistente com a saúde humana e do ecossistema.
- Tem um preço acessível, opera com eficiência, oferece opções de modos de transporte e apoia uma economia vigorosa.
- Limita as suas emissões e resíduos segundo a capacidade do planeta de absorvê-los, minimiza o consumo de recursos não-renováveis, limita o uso de recursos renováveis a um nível sustentável, reutiliza e recicla os seus componentes e minimiza o uso do solo e a produção de barulho.

O transporte sustentável envolve:

- Planejamento urbano, mudança nos estilos de vida e padrões de produção para reduzir a necessidade de transporte na sua fonte.
- Repensar os sistemas de transporte, promovendo a intermodalidade e incentivando o uso de meios de transporte mais eficientes em termos de energia, ou seja, sempre que possível trocar o avião pelo trem e o veículo pessoal por transporte público ou transporte não-motorizado.
- Melhorar a eficiência em termos de consumo de combustível de cada meio de transporte e promover o uso de combustíveis alternativos.¹³⁶

Três pilares

Os três pilares são uma tentativa de descrever o impacto social e ambiental das atividades de uma organização de uma forma mensurável por meio do uso de critérios de sustentabilidade ambiental e responsabilidade social na hora de avaliar o desempenho geral de uma empresa, além das suas considerações puramente financeiras.¹³⁷

Turismo sustentável

Turismo sustentável:

- Otimiza o uso dos recursos ambientais que constituem um elemento chave no desenvolvimento do turismo, mantendo processos ecológicos essenciais e ajudando a preservar o patrimônio natural e a biodiversidade.
- Respeita a autenticidade sócio-cultural das comunidades anfitriãs, preserva o seu patrimônio construído e natural e os seus valores tradicionais e contribui para a compreensão e tolerância culturais.
- Assegura operações econômicas viáveis a longo prazo, proporcionando benefícios socioeconômicos a todas as partes envolvidas, que são distribuídos de forma justa. Estes incluem empregos seguros e oportunidades de aquisição de renda, serviços.
- sociais para as comunidades anfitriãs e contribuição para a mitigação da pobreza.¹³⁸

Varejistas

Varejistas são organizações ou indivíduos que vendem unidades individuais ou pequenas quantidades diretamente para o usuário final para o seu uso e consumo pessoal. O setor também inclui fabricantes que vendem diretamente aos consumidores finais em lojas (muitas vezes pelo método de “franchising”, como os fabricantes de automóveis) e por outros canais, tais como via postal, canais de compra pela televisão ou pela Internet. Devido à sua posição singular conectando os aspectos de produção (fabricante/fornecedor) e de consumo (clientes), o setor de varejo exerce um papel fundamental na facilitação da mudança em direção ao consumo e produção sustentáveis. De baixo para cima, os varejistas podem definir os requisitos ecológicos de compra exigidos dos seus fornecedores. De cima para baixo, podem educar os consumidores sobre as questões de sustentabilidade. Além de oferecer informações sobre produtos produzidos de forma sustentável, os varejistas também estão bem posicionados para oferecer informações sobre a melhoria dos impactos no ciclo de vida, por exemplo, o respeito à fase de uso e à eliminação correta no estágio final de uso do produto. Adicionalmente, esse setor é um grande impulsionador da economia global e da geração de empregos.¹³⁹

Fontes

Esta publicação é um esforço conjunto, desenvolvida com o apoio de especialistas em CPS, decisores políticos, pesquisadores e ONGs. As definições usadas foram inspiradas, baseadas ou extraídas diretamente das fontes a seguir:

- ¹ Fonte: “UNEP - Sustainable Consumption and Production: Making the Connection” (Documento preliminar do programa de treinamento do PNUMA/InWent) [http://www.unep.fr/shared/publications/cdrom/WEBx0028xPA/contents/InWent%20\(CP-SC%20Jan04\)/BackgroundPaper.pdf](http://www.unep.fr/shared/publications/cdrom/WEBx0028xPA/contents/InWent%20(CP-SC%20Jan04)/BackgroundPaper.pdf), 2004
- ² Com base em: (<http://scp.eionet.europa.eu/themes/scp>)
- ³ Princípio 15, Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio-Ambiente e Desenvolvimento
- ⁴ Fonte: Iniciativa Ciclo de Vida do PNUMA/SETAC (www.unep.fr/scp/lifecycle/management.html)
- ⁵ Fonte: Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (UNDESA) (www.un.org/esa/dsd/agenda21/)
- ⁶ Fonte: Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação. Com base em uma definição de Agricultura Sustentável e Desenvolvimento Rural da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação. Manual de treinadores da FAO, Vol. 1, “Sustainability issues in agricultural and rural development policies” (1995)
- ⁷ Fonte: Iniciativa Ciclo de Vida do PNUMA/SETAC
- ⁸ Fonte: Grupo Internacional de Gestão Sustentável dos Recursos. Nações Unidas.
- ⁹ Fonte: Avaliação de Ecossistemas do Milênio (www.maweb.org/en/About.aspx#1)
- ¹⁰ Fonte: Iniciativa Ciclo de Vida do PNUMA/SETAC
- ¹¹ Com base no dicionário de inglês Collins (<http://dictionary.reverso.net/english-cobuild/>) benchmarking e no dicionário de inglês contemporâneo Longman.
- ¹² Fonte: Ministério das Relações Exteriores da França (www.diplomatie.gouv.fr/en/ministry_158/publications_2288/international-cooperation-and-development_2289/partenariats-series_2528/global-public-goods_2531/definitions-and-approaches_2666.html). London School of Economics (www.lse.co.uk/FinanceGlossary.asp?alpha=P)
- ¹³ Com base em: Dicionário de Negócios(www.businessdictionary.com/definition/good.html) e Enciclopédia da Terra (www.eoearth.org/article/Essential_economic_activities)
- ¹⁴ Fonte: William McDonough & Michael Braungart, 2002, “Cradle to Cradle: Remaking the Way We Make Things”, New York: North Point Press
- ¹⁵ Fonte: Câmara Internacional de Comércio (www.iccwbo.org/uploadedFiles/ICC/policy/business_in_society/Statements/ResponsibleSourcing%20Brochure%20final.pdf)
- ¹⁶ Fonte: Com base em: “Caring for the Earth: A Strategy for Sustainable Living”, IUCN, 1991
- ¹⁷ Com base no glossário de termos estatísticos da OCDE (publicação de referência - Programa de Investimento Intensivo no Emprego (EIIP), Organização Internacional do Trabalho)

- ¹⁸ Fonte: Site da UNIDO sobre Produção Mais Limpa (www.unido.org/index.php?id=o5133)
- ¹⁹ Fontes: Richard Stern et al; “Sustainable cities: Urbanization and the Environment in International Perspective”. Westview press. Boulder CO. 1992. ONU-Habitat, State of the World’s Cities, 2006/2007
- ²⁰ Fonte: glossário do IPCC(www1.ipcc.ch/pdf/glossary/ipcc-glossary.pdf. IETA site)
- ²¹ Fonte: IPCC (www1.ipcc.ch/pdf/glossary/tar-ipcc-terms-en.pdf)
- ²² Fonte: Iniciativa Comércio Ético (ICE)(www.ethicaltrade.org/about-eti)
- ²³ Fonte: Europa EU: (http://europa.eu/legislation_summaries/external_trade/r12508_en.htm)
- ²⁴ Fonte: Secretaria da CDS/UNDESA (www.un.org/esa/dsd/csd/csd_index.shtml)
- ²⁵ Fonte: www.unglobalcompact.org
- ²⁶ Fonte: Resolução 64/236 da Assembléia Geral sobre a implementação da Agenda 21, Programa de Implementação Futura da Agenda 21 e resultados da Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável.
- ²⁷ Fonte: Estratégia de treinamento e educação ambiental do PNUMA (www.unep.org/training/downloads/PDFs/strat_full.pdf)
- ²⁸ Com base no dicionário de negócios (www.businessdictionary.com/definition/consumer.html)
- ²⁹ Com base em: Veblen (1899) “Theory of the Leisure Class” e Dicionário Online Merriam-Webster.
- ³⁰ Dicionário de negócios: (www.businessdictionary.com/definition/consumption.html)
- ³¹ Fonte: Iniciativa Economia Verde do PNUMA
- ³² Fonte: Site da CDS/DESA e da WSSD: (www.un.org/jsummit/html/basic_info/basicinfo.html)
- ³³ Fontes: “Greenwashing Index” (www.greenwashingindex.com/what.php Relatório da Consumers International sobre Declarações Éticas)
- ³⁴ Com base no relatório da Comissão Brundtland “Nosso futuro comum”, 1987 e no Plano de Implementação de Johannesburgo
- ³⁵ Fonte: Relatório do Desenvolvimento Humano (http://ncppp.org/resources/papers/surprenant_development.pdf)
- ³⁶ Fonte: Comissão Europeia: (ec.europa.eu/energy/efficiency/ecodesign/eco_design_en.htm)
- ³⁷ Fonte: Manual do design para a sustentabilidade (www.d4s-de.org)
- ³⁸ Fonte: Leiden University (www.leidenuniv.nl/interfac/cml/ssp/publications/demat.pdf) e Painel Internacional para a Gestão Sustentável de Recursos
- ³⁹ Fonte: <http://www.biobasics.gc.ca/english/View.asp?x=696&mid=418> [http://www.ec.gc.ca/soer-ree/English/SOER/1996report/Doc/1-10-1.cfm? StrLetter=l](http://www.ec.gc.ca/soer-ree/English/SOER/1996report/Doc/1-10-1.cfm?StrLetter=l)
- ⁴⁰ Fonte: PNUMA (www.unep.fr/scp/nap/circular/about.htm)
- ⁴¹ Fonte: Conselho Ambiental de Oregon (www.oeconline.org/our-work/economy)
- ⁴² Fonte: “CCICED Policy Research Report”, 2009
- ⁴³ Fonte: “Article 13 CSR Definitions: The responsible business experts” (www.article13.com/csr/definitions-1.asp)

- ⁴⁴ Fonte: Grupo Global de Trabalho de Especialistas da Força-tarefa de Marrakesh de Edifícios e Construções Sustentáveis
- ⁴⁵ Fonte: DTIE/PNUMA
- ⁴⁶ Fonte: Grupo Global de Trabalho de Especialistas da Força-tarefa de Marrakesh de Edifícios e Construções Sustentáveis
- ⁴⁷ Fontes: “Here and Now! Recommendations and guidelines on Education for Sustainable Consumption”, 2010, PNUMA e Força-tarefa de Marrakesh de Consumo Sustentável, com adições da OCDE
- ⁴⁸ Com base em: “World Declaration on Education for All”, Jomtien, 1990, Art. 1, para. 1.)
- ⁴⁹ Fonte: Victoria Transport Policy Institute (www.vtpi.org/tdm/tdm64.htm)
- ⁵⁰ Fonte: Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (WBCSD (www.wbcsd.org/plugins/DocSearch/details.asp?type=DocDet&ObjectId=MTgwMjc))
- ⁵¹ Fonte: DTIE/PNUMA
- ⁵² Conselho Mundial de Energia (WEC) (www.worldenergy.org/wec-geis)
- ⁵³ Fonte: “Green Jobs: Towards Decent Work in a Sustainable, Low-Carbon World (Policy messages and main findings for decision makers)”, PNUMA, PNUMA em conjunto com a OIT, IOE, ITU Iniciativa Empregos Verdes, 2008=
- ⁵⁴ Fonte: Organização Internacional do Trabalho: (www.ilo.org/global/About_the_ILO/Mainpillars/WhatisDecentWork/lang-en/index.htm)
- ⁵⁵ Fonte: Enciclopédia da Terra (www.eoearth.org/article/AP_Environmental_Science_Chapter_13-Non-Renewable)
- ⁵⁶ Glossário de termos do IPCC: (<http://www.ipcc.ch/pdf/glossary/tar-ipcc-terms-en.pdf>)
- ⁵⁷ Fontes: “Green Washing Index: Terrachoice (2009) Seven sins of Greenwashing” (www.greenwashingindex.com/what.php) e Relatório da Consumers International sobre Declarações Éticas
- ⁵⁸ Fonte: conclusões acordadas pelo ECOSOC, 1997/2, Site do OCHA (<http://ochaonline.un.org/HumanitarianIssues/GenderEquality/FAQs/tabid/1195/language/en-US/Default.aspx#mainst>)
- ⁵⁹ Fonte: Relatório da Força-Tarefa de Marrakesh de Estilos de Vida Sustentáveis, Ministério do Meio-Ambiente da Suécia, Processo de Marrakesh e PNUMA
- ⁶⁰ Fonte: Glossário do IPCC (www1.ipcc.ch/pdf/glossary/ipcc-glossary.pdf)
- ⁶¹ Fontes: EEA e Centro de Pesquisa sobre Desenvolvimento Global (www.gdrc.org/sustdev/concepts/11-f10.html, http://glossary.eea.europa.eu/terminology/concept_html?term=factor%2010)
- ⁶² Fonte: Iniciativa Ciclo de Vida do PNUMA/SETAC (www.unep.fr/scp/lifecycle/)
- ⁶³ Fonte: Relatório do Secretário Geral para a XVIII CDS sobre o plano de dez anos de programas de consumo e produção sustentáveis, 2010.
- ⁶⁴ Adaptado de: EEA. 2001. “Sustainable water use in Europe. Part 2. Demand management. Copenhagen”. (<http://glossary.eea.europa.eu>)
- ⁶⁵ Fonte: Iniciativa Ciclo de Vida do PNUMA/SETAC
- ⁶⁶ Fonte: UNDESA (www.un.org/esa/dsd/dsd_aofw_mg/mg_index.shtml, www.un.org/esa/dsd/dsd_aofw_mg/mg_about.shtml)

- ⁶⁷ EEA ([http://glossary.eea.europa.eu/terminology/concept_html?term=sustainable%20development %20indicator](http://glossary.eea.europa.eu/terminology/concept_html?term=sustainable%20development%20indicator))
- ⁶⁸ Fonte: (www.rprogress.org/sustainability_indicators/genuine_progress_indicator.htm)
- ⁶⁹ Fonte: DTIE/PNUMA “SCP Indicators for Developing Countries - A Guidance Framework”, 2008 (www.unep.fr/scp/publications/details.asp?id=DTI/1085/PA)
- ⁷⁰ Fonte: Índice de Desenvolvimento Humano do PNUD (<http://hdr.undp.org/en/statistics/indices/hdi/>)
- ⁷¹ Fonte: WWF International (www.panda.org/about_our_earth/all_publications/living_planet_report/living_planet_index/)
- ⁷² Com base em: Consumers International com adições da OCDE
- ⁷³ Fonte: Comissão Econômica para a Ásia e Pacífico das Nações Unidas
- ⁷⁴ Fonte: Iniciativa relatório global (www.globalreporting.org/AboutGRI/WhatIsGRI/)
- ⁷⁵ Fontes: “Policies to Promote Sustainable Household Consumption: trends and policies in OECD countries”. OCDE, 2002 e “Mediterranean Environmental Technical Assistance Programme Glossary”: (www.metap-solidwaste.org/index.php?id=61)
- ⁷⁶ Fonte: UNCTAD (www.unctad.org/trade_env/docs/manch-ws.pdf)
- ⁷⁷ Fontes: Iniciativa financeira do PNUD e da IGD (<http://www.igd.com/index.asp?id=1&fid=1&sid=17&tid=0&folid=0&cid=330#1>)
- ⁷⁸ Fonte: DTIE/PNUMA (Meio-ambiente e tempos de pobreza) (www.wupperinst.org/globalisation/html/leap.html)
- ⁷⁹ Fonte: “Procuring the Future”, relatório da Força-tarefa de licitações sustentáveis do Reino Unido, Junho, 2006. Definição adotada pela Força-tarefa de licitações públicas sustentáveis liderada pela Suíça (membros incluem: Suíça, EUA, Reino Unido, Noruega, Filipinas, Argentina, Gana, México, China, República Tcheca, Estado de São Paulo (Brasil), PNUMA, IISD, Organização Internacional do Trabalho (OIT), Comissão Europeia (Direção Geral de Meio-Ambiente) e Conselho Internacional de Iniciativas Ambientais Locais (ICLEI)) implementada no contexto do Processo de Marrakesh para Produção e Consumo Sustentáveis liderado pelo PNUMA e pelo UNDESA.
- ⁸⁰ Com base em: texto da Comissão Europeia (ec.europa.eu/environment/gpp/green_vs_sustainable.htm)
- ⁸¹ Fonte: Clube de Roma (www.clubofrome.at/about/limitstogrowth.html)
- ⁸² Fonte: “Nature” 461, 472-475 (24 de setembro de 2009), publicada online em 23 de setembro de 2009; “A safe operating space for humanity”, Johan Rockström et al.
- ⁸³ Fonte: DTIE/PNUMA (www.unep.fr/scp/waste/ewm/)
- ⁸⁴ Fonte: “Talk the Walk: Advancing Sustainable Lifestyles through Marketing and Communication”, PNUMA, 2005 (www.unep.fr/scp/publications/details.asp?id=DTI/0763/PA)
- ⁸⁵ Fonte: UNFCCC (http://unfccc.int/kyoto_protocol/mechanisms/clean_development_mechanism/items/2718.php)
- ⁸⁶ Fonte: Dicionário de negócios (www.businessdictionary.com/definition/best-management-practice-BMP.html)

- ⁸⁷ Com base no glossário de termos estatísticos da OCDE (<http://stats.oecd.org/glossary/detail.asp?ID=6358>)
- ⁸⁸ Com base em: DTIE/PNUMA: “Life Cycle Management: How business uses it to decrease footprint, create opportunities and make value chains more sustainable” e dicionário de negócios Bnet (<http://dictionary.bnet.com/definition/continuous+improvement>)
- ⁸⁹ Fonte: (www.un.org/esa/socdev/social/poverty/)
- ⁹⁰ Fonte: The Climate Group
- ⁹¹ Fonte: Iniciativa Economia Verde do PNUMA
- ⁹² Fonte: Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (www.un.org/millenniumgoals)
- ⁹³ Fonte: Organização Mundial do Comércio (www.wto.org/english/tratop_E/tbt_e/tbt_info_e.htm)
- ⁹⁴ Fonte: Painel Internacional para a Gestão Sustentável de Recursos (www.unep.fr/scp/rpanel/)
- ⁹⁵ UNDESA: (www.un.org/esa/dsd/dsd_aofw_par/par_index.shtml) (www.un.org/esa/sustdev/partnerships/brochure_E.pdf)
- ⁹⁶ Fonte: Iniciativa Ciclo de Vida do PNUMA/SETAC
- ⁹⁷ Fonte: UK Carbon Trust (www.carbontrust.co.uk/cut-carbon-reduce-costs/calculate/carbon-footprinting/Pages/carbon-footprinting.aspx)
- ⁹⁸ Source: Global Footprint Network (www.footprintnetwork.org/en/index.php/GFN/page/glossary/)
- ⁹⁹ Fonte: Plano de Implementação de Johannesburg, Capítulo III
- ¹⁰⁰ Com base no Plano de Implementação de Johannesburg (PIJ)
- ¹⁰¹ Fonte: EEA (http://glossary.eea.europa.eu/terminologyconcept_.html?term=integrated%20product%20policy) Negócios e desenvolvimento sustentável (www.bsddglobal.com/issues/ipp.asp)
- ¹⁰² Com base em: Consumers International
- ¹⁰³ Fonte: Enciclopédia da Terra (www.eoearth.org/article/Polluter_pays_principle)
- ¹⁰⁴ Fonte: Secretaria do Processo de Marrakesh
- ¹⁰⁵ Fonte: Enciclopédia da Terra (www.eoearth.org/article/Essential_economic_activities)
- ¹⁰⁶ Fonte: Ministério do Meio-Ambiente da Noruega, Simpósio de Oslo, 1994
- ¹⁰⁷ Fonte: DTIE do PNUMA (www.unep.fr/scp/cp/understanding/)
- ¹⁰⁸ Com base em Answers.com (www.answers.com/topic/producer) e no dicionário Merriam Webster (www.merriam-webster.com/dictionary/producers)
- ¹⁰⁹ Divisão Estatística das Nações Unidas (UNSD) (<http://unstats.un.org/unsd/sna1993/glossform.asp?getitem=662>)
- ¹¹⁰ Fonte: PNUMA/Centro de Colaboração do Instituto Wuppertal para o Consumo e Produção Sustentáveis.
- ¹¹¹ Fonte: “UNEP Planning For Change”: (www.unep.fr/shared/publications/pdf/DTIx1028xPA-Planning4change.pdf)
- ¹¹² Com base em: Consumers International e UNDESA (www.un.org/esa/sustdev/publications/consumption_en.pdf)

- ¹¹³ Fonte: Glossário de termos estatísticos da OCDE (fonte original: Nações Unidas, Comissão Europeia, Fundo Monetário Internacional, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, Banco Mundial (2005); “Handbook of National Accounting: Integrated Environmental and Economic Accounting” (2003), “Studies in Methods”, Série F, número 61, Rev.1, Glossário, Nações Unidas, Nova York, parágrafo 7.42, EA.1)
- ¹¹⁴ Fonte: (<http://www.env.go.jp/recycle/3r/en/outline.html>)
- ¹¹⁵ Fonte: Iniciativa Pobreza e Meio-Ambiente do PNUD/PNUMA (www.unpei.org/PDF/PEI-handbookAbbreviations-Acronyms-Glossary-References-index.pdf)
- ¹¹⁶ Fonte: OCDE(www.oecd.org/document/58/0,3343,fr_2649_34411_1913466_1_1_1_1,00&&en-USS_01DBC.html)
- ¹¹⁷ Fontes: Convenção de Basiléia sobre o controle dos movimentos trans-fronteiriços de lixo perigosos e sua eliminação., art. 2; Glossário de termos estatísticos da OCDE (<http://stats.oecd.org/glossary/detail.asp?ID=2896>), Glossário de Estatísticas Ambientais, “Studies in Methods”, Série F, núm. 67, Nações Unidas, Nova York, 1997)
- ¹¹⁸ Fonte: Convenção de Basiléia sobre o controle dos movimentos trans-fronteiriços de lixo perigosos e sua eliminação
- ¹¹⁹ Fonte: DTIE/PNUMA
- ¹²⁰ Fonte: Centro de Direito Internacional de Desenvolvimento Sustentável da McGill University (www.cisd.org/pdf/brief_common.pdf)
- ¹²¹ Iniciativa Ciclo de Vida do PNUMA: (www.unep.fr/scp/lifecycle/)
- ¹²² Fonte: ISO 26000 (2010). www.iso.org
- ¹²³ Fonte: Kit de Treinamento dos Princípios Ambientais Globais Compactos da UNEP/ONU (www.unep.fr/scp/compact/learning.htm)
- ¹²⁴ Fontes: site do UNDESA/CDS: (www.un.org/esa/dsd/csd/csd_csd18_rims.shtml), www.un.org/esa/dsd/csd/csd_csd14_rims.shtml)
- ¹²⁵ Fonte: Baseado na série (ISO) 14020 da Organização Internacional para Padronização
- ¹²⁶ Fonte: Painel Internacional para a Gestão Sustentável de Recursos
- ¹²⁷ Fonte: Enciclopédia Britânica (www.britannica.com/EBchecked/topic/535980/service-industry#ref=ref100917)
- ¹²⁸ Fontes: Glossário do IPCC: (www1.ipcc.ch/pdf/glossary/tar-ipcc-terms-en.pdf) Avaliação de Ecossistemas do Milênio (www.millenniumassessment.org) Agência Europeia do Ambiente (EEA) (http://glossary.eea.europa.eu/terminology/terminology_sources.html) Iniciativa Pobreza e Meio-Ambiente do PNUD-PNUMA (www.unpei.org/PDF/PEI-handbookAbbreviations-Acronyms-Glossary-References-index.pdf)
- ¹²⁹ Fonte: Etzioni, A. (1999). “Voluntary Simplicity: A new social movement?” En William E. Halal y Kenneth B. Taylor (Eds.), “Twenty-First Century Economics”, (pág. 107-128). Nova York, NY: St. Martin’s Press
- ¹³⁰ Fonte: ISO 14001:2004 para Sistemas de Gestão Ambiental
- ¹³¹ Fonte: Dicionário de negócios (www.businessdictionary.com/search.php?search=byproducts)
- ¹³² Com base em: Thomas Princen, “The Logic of Sufficiency” (2005); E. F. Schumacher, “Small is Beautiful” (1973)

- ¹³³ Fonte: Secretaria do Processo de Marrakesh www.unep.fr/scp/ <http://esa.un.org/marrakechprocess/index.shtml>
- ¹³⁴ Fonte: CDS/UNDESA (www.un.org/esa/dsd/agenda21/res_agenda21_34.shtml)
- ¹³⁵ Com base em: Dicionário de Negócios (www.businessdictionary.com/definition/transfer-of-technology.html) e Relatório Especial do IPCC sobre Questões Metodológicas e Tecnológicas na Transferência de Tecnologia
- ¹³⁶ Fonte: Centro para o Transporte Sustentável: (www.cstctd.org) DTIE/PNUMA (www.unep.fr/energy/transport/)
- ¹³⁷ Com base em: Dicionário de negócios BNET: (dictionary.bnet.com/definition/triple+bottom+line.html) e Dicionário de Sustentabilidade: (http://www.sustainabilitydictionary.com/t/triple_bottom_line.php)
- ¹³⁸ Fontes: Organização Mundial de Turismo da ONU – Definição conceitual do desenvolvimento sustentável do turismo, WTO, 2004 (www.unwto.org/sdt/mission/en/mission.php)
- ¹³⁹ Fonte: DTIE/PNUMA (www.unep.fr/scp/publications/details.asp?id=DTI/0830/PA)



O que é o Processo de Marrakesh?

O Processo de Marrakesh foi um processo global para apoiar a implementação de projetos e estratégias referentes ao Consumo e à Produção Sustentável (CPS) e a elaboração de um Plano de 10 anos de Programas (10YFP). O processo respondeu ao chamado da WSSD que foi realizada em Johannesburg em 2002 para desenvolver um 10YFP para apoiar iniciativas regionais e nacionais com o intuito de promover a mudança rumo a padrões sustentáveis. A proposta do 10YFP foi revista pela Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CDS) durante o ciclo bianual de 2010-2011. O Processo de Marrakesh foi chamado assim em homenagem à cidade onde foi realizada em 2003 a primeira reunião internacional de especialistas sobre o 10YFP.

A PNUMA e o UN DESA foram as agências que lideraram esse processo global, com a participação ativa de governos nacionais, agências de cooperação para o desenvolvimento, empresas, sociedade civil e outras partes envolvidas.

Para obter mais informações sobre o Processo de Marrakesh, visite

<http://esa.un.org/marrakechprocess/>

Ou entre em contato com Adriana Zacarias (Sra.): Adriana.Zacarias@unep.org

Sobre o Departamento de Tecnologia, Indústria e Economia do PNUMA

Estabelecido em 1975, três anos após a criação do PNUMA, o Departamento de Tecnologia, Indústria e Economia (DTIE) fornece soluções para formuladores de políticas e auxilia mudanças em ambientes corporativos oferecendo plataformas para diálogos e cooperação, opções inovadoras de políticas, projetos pilotos e mecanismos de mercado criativos.

O DTIE desempenha um papel de liderança em três das seis prioridades estratégicas do PNUMA: **mudanças climáticas, substâncias nocivas e resíduos, e eficiência de recursos.**

O DTIE também está contribuindo ativamente para a **Iniciativa Economia Verde**, lançada pelo PNUMA em 2008. Essa iniciativa busca mudar o rumo das economias nacionais e internacionais para um contexto onde o aumento de empregos e produção são impulsionados por crescentes investimentos em setores verdes, e por uma alteração na preferência dos consumidores por produtos e serviços sustentáveis.

Além disso, o DTIE é responsável por **cumprir o mandato do PNUMA de agência implementadora do Fundo Multilateral do Protocolo de Montreal** e desempenha um papel de executora de vários projetos do PNUMA financiados pelo Fundo Global para o Meio Ambiente.

A Direção de DTIE, localizada em Paris, coordena as atividades por meio de/do:

- > **Centro Internacional de Tecnologia Ambiental** - IETC (Osaka), que implementa programas integrados nas áreas de resíduos, água e gestão de desastres, com ênfase na Ásia.
- > **Consumo e Produção Sustentáveis** (Paris), que promove padrões de consumo e produção sustentáveis como contribuição para o desenvolvimento humano por meio de mercados globais.
- > **Químicos** (Genebra), que catalisa ações globais para pôr em prática uma gestão sólida dos produtos químicos e um aumento da segurança de produtos químicos em todo o mundo.
- > **Energia** (Paris e Nairóbi), que promove políticas de energia e transporte por um desenvolvimento sustentável e incentiva o investimento em energia sustentável e em eficiência energética.
- > **AçãoOzônio** (Paris), que apoia a descontinuação gradual das substâncias que danificam a camada de ozônio em países em desenvolvimento ou com economias em transição para assegurar a implementação do Protocolo de Montreal.
- > **Economia e Comércio** (Genebra), que ajuda os países a integrarem as considerações ambientais em suas políticas econômicas e comerciais e trabalha com o setor financeiro para incorporar políticas de desenvolvimento sustentável. Esse setor também é responsável pela produção de relatórios sobre economia verde.

O DTIE trabalha com diversos parceiros (outras agências e programas da ONU, organizações internacionais, governos, organizações não governamentais, empresas, indústrias, imprensa e público) para aumentar a conscientização, melhorar a transferência de conhecimento e informação, promover a cooperação tecnológica e implementar as convenções e acordos internacionais.

Para mais informações,
visite **www.unep.org/dtie**

Desde a ECO-92, Conferência das Nações Unidas sobre Meio-Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro em 1992, houve um reconhecimento internacional de que a principal causa da deterioração contínua do meio-ambiente global são os padrões insustentáveis de consumo e produção (Agenda 21). O Consumo e a Produção Sustentável (CPS) é cada vez mais uma prioridade e um desafio global que, se alcançado, pode oferecer contribuições importantes para a erradicação da pobreza e para a transição rumo a uma economia verde, inclusiva e com baixa emissão de carbono, enfrentando também outros desafios globais, tais como as mudanças climáticas.

Esta publicação tem como objetivo esclarecer os termos e os conceitos relacionados a Consumo e Produção Sustentável e a outros termos relacionados ao Desenvolvimento Sustentável. A meta principal é facilitar o diálogo e a cooperação entre todas as partes envolvidas no que diz respeito ao CPS. Este é um esforço conjunto de especialistas em CPS, decisores políticos, pesquisadores e ONGs, que traz uma compilação de definições provenientes de várias fontes. Esta publicação não pretende apresentar definições acordadas globalmente, mas oferecer, na maioria dos casos, definições operativas cuja evolução pode ser contínua.

www.unep.org

United Nations Environment Programme

P.O. Box 30552 Nairobi, 00100 Kenya

Tel: (254 20) 7621234

Fax: (254 20) 7623927

E-mail: uneppub@unep.org

Site: www.unep.org



PNUMA

Para mais informações, entre em contato:

**UNEP Division of Technology,
Industry, and Economics (DTIE)
Sustainable Consumption and
Production Branch**

15 rue de Milan

75441 Paris Cedex 09

France

Tel: +33 1 44 37 14 50

Fax: +33 1 44 37 14 74

Email: unep.tie@unep.org

<http://www.unep.fr/scp/marrakech/>